

João Daniel Lima Galvão Pedro, nº 41058

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Projeto de Graduação

Perspetivas atuais de guerra Rússia – Ucrânia: os motivos profundos do conflito

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2023



João Daniel Lima Galvão Pedro, nº 41058

Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

Perspetivas atuais de guerra Rússia – Ucrânia: os motivos profundos do conflito

Projeto de Graduação

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Porto, 2023

João Daniel Lima Galvão Pedro, nº 41058

Perspetivas atuais de guerra Rússia – Ucrânia: os motivos profundos do conflito

Projeto de Graduação

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciatura do Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, sob a orientação da Professora Doutora Judite Gonçalves de Freitas.

Resumo

O presente conflito entre a Rússia e Ucrânia, que se iniciou a 24 de fevereiro de 2022, em que a Rússia invadiu o território ucraniano, sendo um dos principais conflitos armados da atualidade, tem vindo a modificar e a impactar a ordem geopolítica mundial que, diretamente, tem condicionado as relações entre as grandes potenciais mundiais, resultando numa ameaça à paz e à segurança internacional.

Este projeto aborda de uma forma profunda as incontornáveis causas e motivos do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, partindo da história de ambos os países e as relações que há longa data foram sendo estabelecidas entre si. Com efeito, as desinteligências entre os dois Estados são muito mais antigas do que a conhecida e atual data de iniciação, desde as disputas da Rússia de Kiev, às ligações políticas e culturais entre os dois países, inclusive a Ucrânia fazer parte da URSS até à sua mais recente desagregação a 8 de dezembro de 1991, a anexação da Península da Crimeia por parte da Rússia e a aproximação da Ucrânia do Ocidente. Metodologicamente, os métodos descritivo e exploratório foram eleitos como percursos de análise e exposição. As fontes de informação científicas foram pesquisadas no Google scholar, no sciencedirect e nos repositórios institucionais.

Palavras-Chave: Guerra, Invasão, Rússia-Ucrânia, Império Russo, OTAN.

Abstrat

The current conflict between Russia and Ukraine, which began on February 24, 2022, in which Russia invaded Ukrainian territory, is one of the main armed conflicts of today, has been modifying and impacting the world geopolitical order that, directly, it has conditioned the relations between the world's great potentials, resulting in a threat to international peace and security.

This project deeply addresses the unavoidable causes and motives of the armed conflict between Russia and Ukraine, starting from the history of both countries and the long-standing relationships that have been established between them. Indeed, the disagreements between the two states are much older than the known and current date of initiation, from the Kievan Rus' disputes, to the political and cultural links between the two countries, including Ukraine being part of the USSR, to the its most recent break-up on December 8, 1991, Russia's annexation of the Crimean Peninsula and the West's approximation of Ukraine. Methodologically, the descriptive and exploratory methods

were chosen as the paths of analysis and exposition. Scientific information sources were searched on Google scholar, sciencedirect and institutional repositories.

Keywords: Russia-Ukraine Conflict, Russian Empire, NATO.

Índice geral

I. Introdução	1
II. Perspetivas diacrónicas do conflito Rússia – Ucrânia	3
2.1. As relações históricas entre a Rússia e a Ucrânia	3
2.2. Divisões do território e composição étnica	6
2.3. O surgimento do Império Czarista e a sua relação com a Ucrânia.....	8
2.4. A elevada importância da Crimeia e o despertar da guerra 1853 a 1856	9
2.5. O desenrolar da revolução russa de 1917	12
2.6 A Guerra de Independência Ucrânia em 1917	16
III. URSS: Uma nova ordem mundial socialista	17
3.1. O leste europeu sob o domínio da URSS	17
3.2. Século XX: Do genocídio sobre o povo ucraniano à II Grande Guerra.....	20
3.3. O colapso da URSS e a independência dos países do leste europeu	22
IV. Uma Nova Ordem Mundial.....	25
4.1. Declaração da independência de Ucrânia.....	25
4.2. A aproximação da Ucrânia ao Ocidente como Estado soberano.....	27
4.3. Anexação da Crimeia pela Rússia.....	29
4.4. A invasão russa do território ucraniano.....	32
4.5. Análise das questões políticas, económicas e das Relações Internacionais	36
Conclusão.....	41
Bibliografia	44

Índice de Mapas e Figuras

Mapa 1 – Ucrânia do século IX ao século XIII.....	11
Mapa 2 – Mapa de Girolamo Ruscelli mostra Rússia e Ucrânia em 1574.....	13
Mapa 3 - Divisão do território da Ucrânia, século XVII.....	15
Mapa 4 - Domínio do oeste da Ucrânia pela URSS.....	27
Mapa 5 - Antigo Império Russo.....	41
Mapa 6 - Expansão da OTAN para leste.....	42
Mapa 7 - Membros Europeus da OTAN.....	43
Figura 1 – Brasão de armas dos Romanov.....	15

I. Introdução

As relações conflituosas Rússia-Ucrânia recuam à formação das duas comunidades políticas em tempos medievos. O Rus de Kiev e a Rússia mantiveram ao longo dos séculos relações político-militares instáveis.

Hodiernamente, a guerra russo-ucraniana começou em 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, uma península ucraniana, e apoiou os separatistas pró-Rússia no leste da Ucrânia. A guerra ainda está a decorrer nos dias de hoje.

Após alguns protestos "Euromaidan", que foram uma série de manifestações pró-democracia que terminaram com a queda do presidente ucraniano Viktor Yanukovich a fevereiro de 2014, momento em que se deu o início ao conflito com a Crimeia. A Rússia, que apoiava Yanukovich, considerou que esta transição política era ilegal e decidiu dar início à anexação da Crimeia em março de 2014.

Desde então, os combatentes separatistas pró-Rússia apoiados pela Rússia, têm lutado contra os soldados ucranianos no leste da Ucrânia. A escalada do conflito trouxe inúmeras consequências, milhares de pessoas perderam a vida, destruição massiva de cidades, outros desertaram à procura de segurança e de uma vida nova em outros países.

A comunidade internacional, incluindo a União Europeia, os Estados Unidos, o Canadá e outros países impuseram sanções económicas à Rússia, incluindo restrições no setor do comércio, das finanças e nos investimentos russos, no sentido de a dissuadir de prosseguir o conflito, enfraquecendo-a economicamente. Daí que os setores da energia, da defesa e o setor financeiro da economia russa foram alvos específicos destas sanções. Para além das sanções económicas também foram aplicadas sanções específicas a indivíduos e a entidades que a comunidade internacional acredita que foram os responsáveis pela anexação da Crimeia e pelo conflito situado no leste da Ucrânia.

As partes envolvidas ainda não chegaram a um acordo, apesar das inúmeras tentativas de acabar com o conflito por meio de negociações de paz e de esforços diplomáticos não foram suficientes para alcançar o cessar-fogo. A guerra ainda se encontra numa situação complicada, a Rússia continua a manter presença militar no território ucraniano e apoiar os separatistas no leste da Ucrânia. A comunidade internacional condenou a anexação da Crimeia pela Rússia e apoia a integridade territorial e a soberania da Ucrânia.

Neste quadro, nosso trabalho de projeto de graduação busca uma explicação fundada nas rivalidades e dependências históricas entre os atuais Estados da Rússia e da Ucrânia, com recurso ao método descritivo e exploratório de fontes de informação científica pesquisadas no Science Direct, Google Scholar e nos repositórios institucionais. Para a análise diacrónica das relações entre os dois países consideramos essencialmente os estudos histórico-diplomáticos, assim como para a análise explicativa do atual conflito privilegamos os estudos mais recentes elaborados por especialistas em relações internacionais, ciência política e outras ciências sociais.

O nosso trabalho de projeto para além da Introdução e da Conclusão está dividido em X capítulos.

No II capítulo, estão presentes as relações históricas entre a Rússia e a Ucrânia, nomeadamente o surgimento do império czarista (século IX) e a formação dos “Rus de Kiev” (século XII), que foi uma região habitada por povos eslavos orientais, organizados por tribos. Esse primeiro Estado eslavo deu origem à Ucrânia e à Rússia, cuja capital atual, Moscou, surgiu no século XII. Neste período de tempo começaram as relações entre os mesmos. A guerra da Crimeia de 1853 e 1856, foi um conflito pela disputa da região da Crimeia, que envolveu, de um lado o Império Russo, e do outro uma coligação do Império Otomano, Grã-Bretanha, França e o Reino da Sardenha, devido a sua grande importância geográfica sempre esteve na ambição de conquista do império Russo. Para terminar este capítulo, a revolução russa, teve um papel crucial na definição e na transformação da Rússia como nação, embora tenha sido uma revolução violenta, foi o que transformou e estabeleceu o comunismo dentro da Rússia com o papel crucial de Vladimir Lenine, no entanto, ao mesmo tempo, houve uma tentativa de revolução Ucrânia, mas esta foi fracassada devido ao exército vermelho que pôs fim a esta tentativa de independência.

No capítulo II, está descrita a evolução a formação da URSS, em que esta engloba 15 repúblicas sob o seu domínio. Durante o século XX, ocorreu um evento sangrento, conhecido como “Holodomor”, foi um genocídio ao povo ucraniano pelo líder da URSS Josef Estaline, como se não bastasse, o povo ucraniano teve que enfrentar também o despertar da segunda grande guerra mundial. No final do século XX, há um evento marcante, o desmoronamento da URSS em 1991 e a independência dos países do leste,

que depois de quase sete décadas agregados à URSS finalmente conseguiram a sua liberdade.

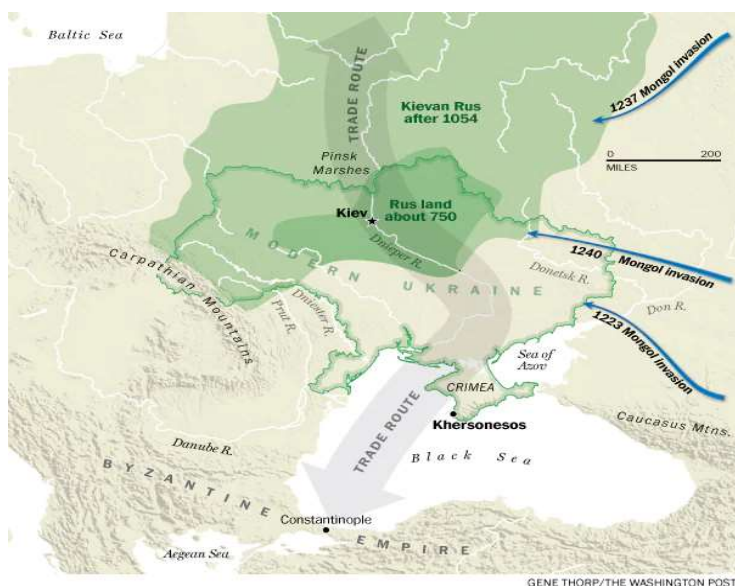
No capítulo IV, surge uma nova ordem mundial, com o desmantelamento da URSS e a independência dos países do leste, estes países finalmente conseguiram-se afirmar como Estados soberanos e desenvolver as suas próprias culturas e identidades. Com a declaração de independência da Ucrânia em 1991, permitiu que o país praticasse a sua própria cultura e pudesse desenvolver a sua própria identidade sem estar sob a “sombra” da URSS, que era o que o povo ucraniano tanto desejava, isto também permitiu a que se aproxima do ocidente o que eventualmente ajudou a se desenvolver como estado soberano. Para terminar o capítulo, a Rússia invade o território ucraniano em 2014 e anexa a Crimeia, embora houvesse uma condenação internacional, nomeadamente por parte dos países ocidentais, a Rússia continuou com a sua invasão e anexação. Eventualmente, a Rússia em fevereiro de 2022, invade o território ucraniano, aqui mais uma vez verificasse o desejo imperialista do presidente da Rússia Vladimir Putin, que almejava anexar por completo o território ucraniano, e eventualmente anexar os restantes territórios a sua volta que outrora pertenceram ao vasto império russo. Para concluir o capítulo, há uma análise das questões políticas, económicas e das relações internacionais relativamente à invasão da Rússia à Ucrânia, em que é possível ter uma visão esclarecedora dos impactos políticos e económicos, que a guerra causou ao redor do mundo, e da posição dos Estados, nomeadamente dos países ocidentais relativamente à invasão russa, e o apoio dos mesmos à Ucrânia.

II. Perspetivas diacrónicas do conflito Rússia – Ucrânia

2.1. As relações históricas entre a Rússia e a Ucrânia

Não é possível abordar o mais recente conflito bélico, a invasão russa da Ucrânia, que teve início a 24 de fevereiro de 2022, sem primeiro fazer uma análise dos eventos históricos prévios, mormente do século XX, de forma a compreender e sintetizar as relações entre os dois Estados, assim como as razões e motivações que levaram a tal invasão (Ramos, Lima e Neto 2022).

A Rússia e a Ucrânia têm uma origem comum remonta ao século IX, quando Kiev, centro do primeiro Estado eslavo, criado por um povo que se autodenominava de "rus". A religião deste Estado era a cristã ortodoxa, instituída em 988 por Vladimir I de Kiev (ou São Vladimir Svyatoslavich "O Grande"), que consolidou o reino Rus no território que corresponde hoje a Belarus, Rússia e Ucrânia e se estende até ao Mar Báltico (v. Mapa 1).



Mapa 1 – Ucrânia do século IX ao século XIII.

Fonte: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015>

O príncipe Vladimir I (958-1015) foi batizado na Crimeia, sendo hoje considerado Santo, tanto pela Igreja Ortodoxa como pela Católica, assumindo uma elevada importância na cultura russa. Facto é que em 2014, o presidente russo, Vladimir Putin, ao anexar a Crimeia, usou o nome do príncipe Vladimir como justificação desta ofensiva, declarando que a Crimeia era um território santo para o povo russo. É por este passado comum que o presidente Vladimir Putin, afirma que russos e ucranianos são um

povo, um único todo. Os especialistas atuais consideram que, não obstante a origem comum, o destino pós-medieval dos ucranianos tomou caminho diferente do dos russos (Ramos, Lima e Neto 2022).

Tendo em consideração a gênese da comunidade da Ucrânia - a região que hoje representa o respetivo território -, foi consolidada nos séculos IX e XIII, remetendo para um longínquo passado medieval do leste europeu. A região era habitada por povos eslavos orientais, organizados por tribos, também denominados de "Rus de Kiev", pelos historiadores (Ramos, Lima e Neto, 2022). Esse primeiro Estado eslavo deu origem à Ucrânia e à Rússia - cuja capital atual, Moscou, surgiu no século XII.

Os "Rus de Kiev" reportam a uma época histórica na Europa Oriental que durou desde o final do século IX até o final do século XIII. O Principado de Kiev, também conhecido como Rússia de Kiev, ganhou um grande destaque durante este período, surgindo Kiev como capital. O príncipe Rurik, que liderou a unificação de muitas tribos eslavas orientais, formou o Principado de Kiev por volta do final do século IX. Durante o governo de Vladimir, o Grande, no século XI, o principado perdeu a maior parte da sua força. O Cristianismo Ortodoxo Oriental tornou-se a religião oficial da nação e o sistema de leis "Russkaia Pravda" durante a administração de Vladimir. A região medieval, nos dias de hoje, representaria parte da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, estendendo-se até à região do Báltico. Durante o Rus de Kiev, a região tornou-se um importante centro comercial e cultural.



Mapa 2 - Mapa de Girolamo Ruscelli mostra Rússia e Ucrânia em 1574.
 Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-60549234>

A capital do principado, Kiev, assumiu a preponderância como centro de comércio entre o Mar Negro e o Mar Báltico. Durante este período histórico, a cultura “Kievan Rus” também avançou, com realizações notáveis na arquitetura, pintura e literatura, fomentando uma identidade cultural da comunidade política que, posteriormente, não lhe sobreviveu. No século XIII, como resultante da desintegração do principado e da invasão mongol, o “Rus de Kiev” começa a declinar. A queda dos “Rus de Kiev” marcou o início de um período de divisão e luta na história Rússia-Ucrânia, que não voltaria até o czarismo russo (Ramos, Lima, Neto, 2022).

Como enunciado anteriormente, a queda dos “Rus de Kiev” para o Império Mongol que passou a dominar a região no século XIII, criou as condições para a divisão do território entre o grão-Principado de Moscou e o grão-Principado da Lituânia, este último fazendo parte da Polónia (comunidade polaco-lituana). Desde então, a história do território ucraniano tem sido marcada por disputas entre diversos povos e potências estrangeiras, como os tártaros (muçulmanos de origem turca), austro-húngaros, otomanos, suecos, cossacos e russos (Ramos, Lima, Neto, 2022).

2.2. Divisões do território e composição étnica

Nos finais do século XIV, o território foi dividido entre o Grão-Principado de Moscou e o Grão-Ducado da Lituânia (que mais tarde se juntou à Polónia), e que, na sequência da perda de influência e poder mongol, avançam sobre a região.

Kiev e as áreas circundantes são submetidas ao domínio da Comunidade Polaco-Lituana, o que deixou a região oeste da Ucrânia mais exposta a influências ocidentais nos séculos seguintes.

Com efeito, o movimento da contrarreforma (a resposta da igreja Católica à reforma protestante) e o Renascimento enquanto movimento artístico e cultural influenciou a região. É de salientar que o oeste da Ucrânia chegou a ser governado por um longo período pela dinastia dos Habsburgo, conhecida por estar à frente dos impérios Espanhol, Austríaco e Austro-Húngaro.

Assim, essa porção ocidental do país teve uma história completamente diferente daquela vivida no leste ucraniano (Hosking, 2012).

Muitos dos seus habitantes não são católicos ortodoxos, pertencendo à igreja Greco-Católica Ucraniana ou a outras igrejas orientais católicas, que realizam os seus ritos em ucraniano e reconhecem o papa como chefe espiritual. Outra parte da Ucrânia atual com um passado peculiar é a Crimeia, com seus laços com gregos e tártaros e períodos sob o domínio otomano e russo (Hosking, 2012).

No século XV, o povo ucraniano distingue-se dos outros povos eslavos orientais (ex. russos e bielorrussos), eram o povo que habitava a região da fronteira (krai) com os polacos.



Mapa 3 – Divisão do território da Ucrânia, século XVII.
 Fonte: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2015>

Nos séculos XVII e XVIII, vemos que o território que é atualmente a Ucrânia se encontrava à margem de impérios concorrentes. Era uma região de permanente disputa e de fronteiras voláteis. A Comunidade Polaco-Lituana - que, no seu auge, abrangia uma enorme faixa da Europa - dominou grande parte do território, mas a Ucrânia também assistiu às incursões de húngaros, otomanos, suecos, bandos de cossacos e exércitos de sucessivos czares russos.

No século XVII, a Rússia e a Polónia dividiram grande parte do território da atual Ucrânia ao longo do rio Dnieper. O avanço da Rússia continuou um século mais tarde, durante o governo de Catarina, a Grande, que imaginava que os seus domínios ao longo do Mar Negro constituíam a "nova Rússia" - um termo reavivado pelos separatistas pró-russos no leste da Ucrânia. Nessa altura, a corte russa sonhava com o colapso do Império Otomano e com o alargamento do alcance de Moscovo a Istambul (antiga Constantinopla) e até a Jerusalém (Hosking, 2012).

No final do século XVIII, as divisões da Polónia levaram a que a cidade de Lviv - outrora um importante polo regional e um centro da cultura judaica na Europa Oriental - caísse sob o domínio do império austro-húngaro. Foi aí, em meados do século XIX, que

o nacionalismo ucraniano começou a ganhar força, enraizado nas tradições e dialetos dos camponeses da região e nas aspirações dos intelectuais que tinham fugido ao domínio sufocante da Rússia, a leste.

2.3. O surgimento do Império Czarista e a sua relação com a Ucrânia

A chegada do Czar Pedro, o Grande, em 1682, marcou o início do czarismo russo. Pedro reorganizou o exército e a marinha, construiu uma nova capital a que denominou de São Petersburgo e modernizou a nação para torná-la uma potência europeia. A Rússia também se expandiu para o leste sob o seu governo, anexando a Sibéria e o Cáucaso (Hosking, 2012).



Fig. 1 – O brasão de armas dos Romanov.

Fonte: <http://www.ogerbah.ru/heraldry-science/heraldry-books/>

A sucessão dos governantes da família Romanov que governou o Império Russo Czarista, desde 1721 a 1917, deteve um dos maiores impérios da história, estendendo-se da Europa Oriental à Ásia, ocupou um território de quase 22 milhões de quilômetros quadrados (Ramos, Lima, Neto, 2022).

Os czares da dinastia Romanov, que sucederam a Pedro como governantes, continuaram com a expansão e a modernização do império anexando a Crimeia, partes da Ásia Central e do Leste Asiático. Com o estabelecimento das academias e bibliotecas, a Rússia ganhou um grande destaque como uma potência cultural e intelectual sob o governo da imperatriz Catarina, a Grande (Ramos, Lima, Neto, 2022).

No entanto, o império também teve de lidar com várias dificuldades internas e externas. Um período de agitação social e política significativa seguiu-se à Revolução de

1905, e as crises económicas e sociais pioraram com a entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial em 1914. Em 1917, a Revolução de Outubro liderada pelos bolcheviques criou o primeiro Estado socialista do mundo, depois da Revolução de Fevereiro ter derrubado o Czar Nicolau II e instalado um governo provisório. O Império Russo Czarista chegou ao fim.

No século XVII, o Império Czarista conquistou uma parte do território do leste da Ucrânia, que se encontrava sobre o domínio dos polaco-lituanos. A imperatriz Catarina, a Grande, décadas depois, realizou uma expansão territorial até Istambul, denominada por Nova Rússia, termo que atualmente tem sido utilizado pelos separatistas de Donetsk e Luhansk, no leste país.

Foi durante o século XVIII, que a Ucrânia passou a fazer parte do Império Czarista Russo, quando foi anexada pela Rússia após a partilha da Polónia. Neste período histórico, surgiu um sentimento de nacionalismo na Ucrânia, quando as populações dos territórios a oeste, sob domínio do Império austro-húngaro, passaram a se autointitular de ucranianos, como forma de contrapor o processo de russificação, como é chamado, que ocorria na região a leste do rio Dnieper sob domínio do Império Russo, onde a língua ucraniana havia sido proibida e a fé ortodoxa russa incentivada, a Ucrânia foi subjugada e governada de forma opressiva pelos russos. Os ucranianos eram frequentemente sujeitos a políticas de assimilação e russificação, com o objetivo de eliminar a sua cultura e língua próprias e torná-los parte integrante do império russo (Ramos, Lima, Neto, 2022).

2.4. A elevada importância da Crimeia e o despertar da guerra 1853 a 1856

A guerra da Crimeia que ocorreu entre outubro de 1853 a fevereiro de 1856, tem uma grande relevância histórica, pois este conflito surgiu quando o império russo detinha esta região sobre o seu domínio, era parte integrante do Império Russo, o que eventualmente, nos pode ajudar a perceber as motivações e as razões que levaram a Rússia a anexar a Crimeia em 2014, sendo que esta, já pertencia à Ucrânia como estado soberano que é.

Este conflito envolveu, de um lado o Império Russo, e do outro uma coligação do Império Otomano, Grã-Bretanha, França e o Reino da Sardenha. Após o Congresso de

Viena, em 1815, as grandes potências europeias iriam experimentar três décadas de paz, sendo que as pressões políticas, económicas, sociais e nacionalistas eram ao mesmo tempo contidas. Finalmente o sistema de Viena começou a mostrar decadência, e um dos primeiros problemas à vista era a fraqueza política demonstrada pelo império turco-otomano, e a possibilidade de fragmentação dos seus domínios. Os europeus observarão nesse quadro, a necessidade de evitar tal fragmentação, e evitar a expansão russa na região (Santiago, 2012).

Em 1853, o imperador russo ordenou a invasão da região dos Balcãs. O principal objetivo dessa invasão consistia no aumento da influência política do Império russo e na possibilidade de acesso direto ao mar Mediterrâneo através dos estreitos de Bósforo e de Dardanelos, no mar Negro. Entretanto, os russos tiveram algumas dificuldades, pois essas regiões pertenciam ao Império Otomano que tinha o apoio tanto dos franceses quanto dos ingleses, interessados em garantir as suas influências políticas e económicas na região e impedir a expansão russa (Carvalho, s/d). A França de Napoleão III buscava reavivar o seu prestígio imperial dos tempos de Napoleão Bonaparte, a Rússia de Nicolau I projetava-se sobre os Balcãs movida pelo pan-eslavismo e pela perspectiva de ganhos geopolíticos sobre um enfraquecido Império Turco, e o Reino Unido de Aberdeen e do ministro Lord Palmerson via-se na necessidade de atuar, se necessário por via da força, para assegurar o equilíbrio de poder no seio da sociedade europeia de Estados (Hendler. Novelli, 2016).

O conflito na região da península da Crimeia, no Mar Negro, e nos Balcãs aconteceu entre 1853 e 1856. No ano de início da guerra, o Czar Nicolau I reivindicava o direito de acesso à Jerusalém para os cristãos ortodoxos. Além disso, a Rússia também desejava ser reconhecida como protetora dos locais santos para os cristãos na cidade. Naquele momento a cidade fazia parte do extenso Império Otomano que era não apenas um governo fiel às tradições islâmicas, mas um Califado desde 1517 (Portugal, 2019).

Com a negativa Otomana em reconhecer a Rússia como protetora dos locais santos e dos cristãos ortodoxos em Jerusalém o Império Russo rompeu relações diplomáticas com o Império Otomano e movimentou as suas forças militares invadindo os principados da Moldávia e da Valáquia ainda no ano de 1853. Essa tentativa de projeção ainda maior no Mar Negro em territórios tão próximos ao Mar Mediterrâneo chamou a atenção de potências europeias como a Inglaterra e a França. Com uma invasão bem-sucedida do Império Russo e a possibilidade se projetar permanentemente no Mar Mediterrâneo, o

comércio britânico com a Índia e o Oriente e a influência francesa do Egito, assim como seus planos para o Canal de Suez, estariam seriamente ameaçados (Chapman, 2001, p. 72).

Em um primeiro momento os governos britânico e francês apoiaram os otomanos que declararam guerra contra a Rússia (Nogueira, 2013, p. 39). Pressionado pelos apoios, o czar procurou dar uma solução diplomática para as outras potências europeias assegurando uma postura não ofensiva em relação ao Mediterrâneo. Porém, àquela altura os otomanos já haviam enviado tropas para a região invadida e a guerra já estava em curso. Os primeiros meses de combate foram cheios de vitórias para o Império Russo na Crimeia. Isso acentuou ainda mais a preocupação das outras potências em relação a uma projeção russa sobre o Império Otomano. Isso fez com que Reino Unido e França fizessem um ultimato aos russos ordenando a saída imediata dos principados invadidos que foi ignorado pelo czar. Com esse impasse, Reino Unido e França declararam guerra ao império em 1854 e formam uma aliança com o Império Otomano (Portugal, 2019).

A partir do apoio das outras potências, os ventos da guerra passaram a soar contra a Rússia, enquanto as tropas aliadas avançavam, o Império Russo ainda precisava lidar com a possibilidade de a Áustria entrar na guerra pelo lado aliado. Com a pressão a aumentar e os austríacos deslocando tropas para as suas fronteiras, o czar Nicolau I foi obrigada a ceder e abriu mão dos principados da Moldávia e Valáquia acordo com a Áustria-Hungria. Porém a desistência sobre os territórios que foram protagonistas do início da guerra não impediu o avanço e os ataques aliados na base e porto de Sevastopol, na região da Crimeia. A base continha uma parte importante da marinha de guerra russa e foi o maior alvo dos aliados. A força naval russa não era a melhor ou maior arma do poderio militar russo, mas a possibilidade de influência russa no Mar Negro também precisava ser contida na visão britânica e francesa (Portugal, 2019).

O Império Russo resistiu durante quase um ano inteiro mesmo com situação desfavorável, incluindo a morte do czar Nicolau I em março, apenas em agosto de 1855 as tropas russas foram expulsas da parte sul da cidade. Até dezembro do mesmo ano, as tropas dos dois lados disputaram posições até que no último mês do ano o embaixador austríaco em São Petesburgo, Esterhazy, enviou um ultimato ao novo czar Alexander II para que a Rússia aceitasse a derrota e assinasse o tratado de paz. Em caso de negativa do czar, a ameaça era de que a Áustria-Hungria se juntaria aos aliados na guerra contra o império (Badem, 2010, p. 286).

O Tratado de Paris foi assinado em março de 1856, após quase dois meses de negociações. Ele encerrou a Guerra da Crimeia, um conflito que durou 3 anos, e sob muitos aspetos também finalizou um período de grande prestígio do Império Russo. Apesar de não ser considerado duro, as prerrogativas do tratado mostraram a perda de poder russo. A partir da assinatura do tratado, a Rússia perdeu posições estratégicas no Rio Danúbio e no Mar Negro; foi impedida de manter bases, tropas, arsenais ou qualquer atividade militarizada, assim como o Império Otomano. Por fim, o Tratado foi bem-sucedido em criar as bases que impediriam o Império Russo de se expandir pelo Mar Negro e posteriormente para o Mar Mediterrâneo (Portugal, 2019). O Tratado de Paris também estipulou que, o Império Russo do Czar Alexandre II, tinha a obrigatoriedade de devolver o sul da Bessarábia e a embocadura do rio Danúbio para o Império Otomano e para a Moldávia, renunciava a qualquer pretensão sobre os Balcãs. Por outro lado, o Império Otomano, representado por Aali-pachà ou Meliemet Emin era admitido na comunidade das potências europeias, tendo o sultão se comprometido a tratar seus súditos cristãos de acordo com as leis europeias. A Valáquia e a Sérvia passaram a estar sob proteção internacional (Pinto, 2017).

A derrota na Crimeia foi também importante no que concerne o interior do império. Ela mexeu com a população e com a elite que estiveram acostumadas durante meio século com consecutivas vitórias militares e orgulho nacional. Assim, já nos meses após a assinatura do tratado o debate principal nas rodas de elite imperial focavam-se nos motivos da queda russa no conflito e a única certeza que havia entre todos é que nenhum russo gostaria de passar de novo pela humilhação da derrota (Portugal, 2019).

2.5. O desenrolar da revolução russa de 1917

A Revolução Russa foi um evento ocorrido em 1917 que encerrou o poderio do czar Nicolau II, instalando na Rússia o primeiro governo socialista da história. Revolucionários como Leon Trotsky (1879-1940), Vladimir Linine (1870-1924) e Joseph Staline (1878-1953) lideraram o movimento armado que organizou trabalhadores e camponeses que sofriam com os efeitos da crise económica e os desmandos do czar. O processo revolucionário colocou os bolcheviques no poder, retirou as tropas russas da Primeira Guerra Mundial e deu início à formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (doravante URSS) (Higa, s/d.)

É preciso destacar, contudo, que no quadro histórico de alterações do domínio territorial da Ucrânia houve um evento decisivo para o surgimento da Ucrânia moderna: a Revolução Russa de 1917. Ocorrida durante a fase final da I Guerra Mundial, a Revolução Bolchevique foi um dos principais acontecimentos do século XX, tendo derrubado o império czarista dos Romanov na Rússia, que já durava mais de trezentos anos e naquele período estava sob o poder do czar Nicolau II. Tudo isso ocorreu após uma guerra civil que terminou em 1921 com a vitória do Exército Vermelho, dando início à construção da URSS, estabelecida em 1922 (Ramos, Lima e Neto, 2022).

No final do século XIX, a Rússia era governada por czares que pertenciam à dinastia Romanov, que estavam no poder durante três séculos. Eram governantes que exerciam seu poder de forma autoritária e absolutista. Em vez de realizar reformas políticas e econômicas no império que buscassem modernizar o país, os czares mantiveram a estrutura social originária dos tempos absolutistas. Enquanto isso, a população russa vivia em péssimas condições por conta da crise econômica, que ocasionou desemprego e diminuição dos salários (Higa, s/d).

O czar Nicolau II iniciou um processo de industrialização na Rússia com o auxílio do capital estrangeiro. Porém, isso não agradou nem à burguesia, que não obteve lucros com isso, nem aos operários, que trabalhavam em péssimas condições e com baixas remunerações. Essa situação crítica fez com que a oposição ao governo russo aumentasse e as manifestações de trabalhadores se tornassem constantes na realidade do império czarista. Intelectuais como Vladimir Lenin se inspiraram nas ideias de Karl Marx para organizar politicamente a movimentação dos trabalhadores. Para evitar a ampla divulgação de ideais revolucionários, o governo perseguiu os intelectuais, que, por sua vez, se exilaram na França (Higa, s/d)

Apesar da crise social, o império russo manteve sua expansão territorial, disputando com o Japão o domínio sobre o comércio no Oceano Pacífico. Em 1904, os dois impérios entraram em conflito, e a Rússia foi derrotada. Esse revés ampliou a crise interna e amplificou as críticas ao czar. Os gastos militares contrastavam com a situação precária vivida por trabalhadores do campo e da cidade. Mesmo com o exílio dos intelectuais opositores, as manifestações contrárias ao czar continuaram a ocorrer na Rússia, com a participação da camada mais pobre da sociedade (Higa, s/d).

Os trabalhadores se uniram em torno do Partido Operário Social-Democrata Russo (doravante POSDR). Entretanto, surgiram dois grupos de oposição ao governo czarista. Bolcheviques, eram a maioria dos integrantes do POSDR, liderada por Vladimir Lenine. Esse grupo defendia a união dos operários e camponeses à causa revolucionária sob a orientação de um comitê formado por intelectuais e outros líderes partidários. Mencheviques, eram a minoria dos integrantes do POSDR, liderada por Yuly Martov e Georgy Plekanov. Para este grupo era necessário, primeiramente, fazer uma reforma capitalista aprofundada para depois os trabalhadores liderarem a revolução em direção ao comunismo (Higa, s/d).

A crise social na Rússia agravou-se em 1904, logo após a guerra contra o Japão. Por estas razões, aumentaram as manifestações dos trabalhadores e militares contra o czar Nicolau II. A reação do líder russo foi a publicação do Manifesto de Outubro, o qual acabava com o absolutismo, iniciava um governo constitucional e convocava eleições para a Duma, Parlamento da Rússia (Higa, s/d.).

Em São Petersburgo o comitê responsável por organizar os trabalhadores politicamente, e que teve influência direta nas manifestações contra o czar. Os trabalhadores reivindicavam a reforma agrária, liberdade religiosa e melhores condições de vida. Foram criados inúmeros comitês para organizar greves de trabalhadores. Porém, as tropas czaristas mobilizaram-se para atacar os revoltosos e garantir relativa estabilidade política para Nicolau II. Vladimir Lenine chamou a Revolução de 1905 de “ensaio geral” para a Revolução Russa iniciada em 1917 (Higa, s/d)

Em 1914, com o desenrolar da Primeira Guerra Mundial, os russos lutaram ao lado da Tríplice Entente (aliança militar entre a Grã-Bretanha, França e Rússia). Assim como no conflito contra os japoneses, as tropas da Rússia não conseguiram um bom desempenho na guerra. Os altos custos com a guerra e as mortes dos soldados fizeram que aumentasse a revolta popular contra o czar. Com a ascensão dos revolucionários ao poder, em 1917, as tropas russas saíram da guerra. Este foi um dos principais motivos para o desenrolar da revolução russa de 1917, a entrada da Rússia para a primeira grande guerra foi totalmente devastadora para o país, este já se encontrava bastante debilitado em termos econômicos, sociais e políticos, e com fome generalizada. Nos campos de batalha a situação dos combatentes russos não era melhor, pois os soldados eram obrigados a racionar munição e sofriam com a superioridade bélica dos inimigos, a Rússia não tinha condições financeiras para manter seus soldados na guerra (Takamori, 2017).

Em fevereiro de 1917, o czar Nicolau II abdicou do trono do Império Russo, encerrando um longo período de domínio da dinastia Romanov. As greves e manifestações compostas por militares e trabalhadores abalaram as estruturas do poder czarista. Formou-se assim o Governo Provisório, que foi a junção de dois grupos que faziam oposição ao czar: o soviete de Petrogrado, formado por trabalhadores e militares, e a burguesia liberal. A união entre burgueses e trabalhadores não durou muito. O ponto principal da divergência era a permanência ou não das tropas russas na Primeira Guerra Mundial. Enquanto o comando burguês defendia a continuidade da Rússia nas trincheiras daquela guerra, os trabalhadores, liderados por Lenin, apoiavam a imediata retirada do exército russo. Prevaleceu a tese leninista, que dissolveu o Governo Provisório e encerrou a participação da Rússia na guerra (Higa, s/d.).

Sendo uma das prioridades para o novo governo bolchevique, uma vez que atendia a reivindicações pautadas pelos revolucionários que exigiam a saída da Rússia do conflito bélico mundial desde o período czarista, foi celebrado com as potências centrais (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Reino da Bulgária e Império Otomano) o Tratado de Brest-Litovsk em 3 de março de 1918, como um acordo de manutenção da paz, ratificando a saída da Rússia da I Guerra Mundial. No referido tratado, além de ceder territórios até então sob o domínio russo às potências centrais, houve também o reconhecimento da independência da Ucrânia pela Rússia, além de outros estados. Ocorre que, com a derrota da Alemanha no final do mesmo ano de sua assinatura, o Tratado de Brest-Litovsk foi anulado, frustrando os nacionalistas ucranianos e dando origem aos movimentos de independência do país nas principais cidades, como Kiev, Kharkiv e Lviv. Ao final da I Guerra Mundial, o oeste ucraniano na região de Lviv voltou ao domínio da Polónia, mas por pouco tempo, já que após a II Guerra Mundial a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) voltou a dominar o oeste da Ucrânia, na região de Lviv, e a própria Polónia ficou sob a influência soviética no pós-guerra (Ramos, Lima, Neto, 2022).

O final da Revolução de Fevereiro foi marcado pelo predomínio dos bolcheviques na liderança do caminho revolucionário, que ganhou o lema elaborado por Lenin: “Todo o poder aos soviets.” (Higa, s/d).

2.6 A Guerra de Independência Ucrânia em 1917

No início do século XX, os movimentos de teor comunista ganharam força e representatividade na Europa. Ao longo das duas primeiras décadas, a Rússia, em especial, vivenciou movimentos revolucionários que culminaram com a implantação do socialismo soviético no país, em 1917. A conversão da Rússia ao socialismo foi seguida pela criação de uma liga de Estados que também aderiram ao modelo político, resultando na União Soviética, que, por várias décadas, ocuparia uma posição de destaque na política mundial rivalizando com os Estados Unidos, representantes do sistema capitalista (Saraiva, 2017).

No cenário do Leste europeu no final da segunda década do século XX onde ocorreram as manifestações ucranianas em prol do comunismo. A primeira tentativa de instalação do novo regime aconteceu ainda durante o processo a Revolução Russa. Neste momento, o movimento recebeu forte influência do anarquismo espalhando-se do vilarejo de Gulai-Pole por diversas regiões, até atingir a capital Kiev. Foi instalado um regime dirigido pelo líder anarquista Nestor Makhno que expropriou as propriedades dos latifundiários e as dividiu entre os camponeses mais pobres. Makhno comandou uma milícia que se dedicava à defesa do país e à manutenção do regime. Sob o seu comando, os homens formavam um exército suficientemente forte para dominar o país, o que resultou em relativa tranquilidade na Ucrânia e o permitiu convocar congressos de camponeses para reformar a sociedade e estabelecer o comunismo libertário no país. Entretanto a calma era relativa, permanecia uma guerra civil que forçava o exército de Makhno a concentrar-se na defesa da região que se encontrava. Ainda assim, o poder real permanecia com o grupo de Makhno, que determinou medidas como a pena de morte para atos antissemitas e a criação de um sistema de trocas livres entre o campo e a cidade (Saraiva, 2017).

A calma que pairava no território ucraniano e de Makhno chegou ao fim em 1919 quando os soldados do Exército Vermelho foram convidados a enviar representantes para o IV Congresso Regional de Guiai-Pole. A medida desafiou a hierarquia do comando comunista que não era baseado em uma democracia direta. O regime de Makhno foi reconhecido como sendo ilegal e as tropas comunistas invadiram a região para dissolver as comunas. A situação abriu espaço para Denikin, um general do Império Russo, avançar

pela região. Só que Makhno surpreendeu Denikin, o que obrigou este a bater retirada (Flávio, 2017).

“A Revolução Ucrâniana mostrou-se no auge após a nova vitória de Makhno. Este passou a comandar centros urbanos onde teria a oportunidade de estabelecer os seus ideias de regime anarquista. Ele iniciou as suas operações anunciando a liberdade do povo para agir da maneira que quisessem, concedendo-lhes a liberdade de imprensa, de palavra e reunião. Só que a primeira consequência foi a criação dos jornais com as mais variadas vertentes políticas. Makhno tolerava a liberdade de opinião, porém não estava satisfeito com a tentativa das novas organizações políticas de impor as suas vontades sobre o povo” (Sadokha, 2022, s/p).

Os operários urbanos, por sua vez, não responderam da mesma forma que os camponeses ao regime de Makhno. O seu governo foi declarado ilegal, mais uma vez, e a perseguição feita pelo Exército Vermelho, que acabou por causar várias baixas. Em 1920, uma aliança foi firmada entre os dois exércitos para conquistar territórios do Norte para a Rússia. Com o fim da guerra civil na região, também terminou a aliança, o que fez com que os russos aprisionassem e matassem os homens do exército de Makhno, que conseguiu fugir para se exilar na França. Trotsky ordenou o ataque ao vilarejo de Gulai-Pole, onde começou o movimento, para prender ou executar todos os partidários de Makhno. Assim, chegava ao fim a Revolução Ucrâniana e nascia efetivamente a União Soviética (Saraiva, 2017).

III. URSS: Uma nova ordem mundial socialista

3.1. O leste europeu sob o domínio da URSS

Após o triunfo da revolução bolchevique de 1917, Vladimir Lenine foi o primeiro líder da União Soviética, foi ele quem liderou os bolcheviques no golpe de 1917 que levou à queda do governo provisório, estabelecendo assim o primeiro estado constitucionalmente socialista na Rússia. A URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), pode-se entender como a sucessora do império dos czares foi criada em 1922 e eventualmente implodiu em dezembro de 1991. Durante cerca de seis décadas foi considerada o maior país do mundo, estendia-se dos mares Báltico e Negro até ao Oceano Pacífico e o seu território, de tão vasto que era, abrangia 11 fusos horários, sendo que, na sua totalidade a URSS abrangia cerca de 15 repúblicas constituintes. A criação da URSS não foi de todo um processo pacífico, durante os anos em que Vladimir Lenine esteve no poder, este teve

que enfrentar diversas oposições, guerras civis, instabilidade política e social, como por exemplo, a guerra civil entre o Exército Vermelho e as forças anti bolcheviques, sendo a Guarda Branca a maior facção, mas em 1922, os bolcheviques saíram vitoriosos, fez com que o equilíbrio de poder favorecesse totalmente Vladimir Lenine, pôde assim então, unificar a Rússia com a Federação Transcauciana (Arménia, Azerbaijão e Geórgia), a Ucrânia e a Bielorrússia, criando assim a União Soviética. A nova entidade tem como língua oficial o russo. Durante anos, registaram-se movimentos populacionais dentro da URSS, situação que no futuro complicou a vida de todas as repúblicas independentes: todas falam russo e todas têm população russa (Raposo, 2022).

Como referido anteriormente, a revolução bolchevique é considerada um dos eventos mais importantes do século XX e da própria Rússia, tendo derrubado o império czarista dos Romanov na Rússia, que exerceram o seu poder sobre o império por cerca de três séculos, naquele período estava sob o poder do czar Nicolau II (1868-1918). Logo após a guerra-civil que terminou em 1921, com a vitória absoluta do exército vermelho, o que conseqüentemente levou a criação e à formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estabelecida em 1922. Com o governo bolchevique no poder, estes ambicionavam e exigiam a saída da Rússia do primeiro grande conflito bélico, devido à grande pressão por parte dos revolucionários que exigiam a imediata retirada desde o período czarista. Foi celebrado com as potências centrais (Império Alemão, Império Austro-Húngaro, Reino da Bulgária e Império Otomano) o Tratado de Brest-Litovsk, em 3 de março de 1918, como um acordo de manutenção da paz, ratificando a saída da Rússia da I Guerra Mundial. Referido neste tratado, encontravam-se algumas exigências em termos territoriais, a Rússia para além de ter de ceder territórios até então sob o seu domínio às potências centrais, houve também o reconhecimento da independência da Ucrânia pela Rússia, além de outros estados. Ocorre que, com a derrota da Alemanha no final do mesmo ano de sua assinatura, o Tratado de Brest-Litovsk foi anulado, frustrando os nacionalistas ucranianos e dando origem aos movimentos de independência do país nas principais cidades, como Kiev, Kharkiv e Lviv. (Saraiva, 2017).

Logo após o fim da I Grande Guerra, o oeste ucraniano, mais precisamente na região de Lviv retornou ao domínio da Polónia, mas por pouco tempo, já que após a II Guerra Mundial, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) voltou a dominar por completo o oeste da Ucrânia, na região de Lviv, assim como a própria Polónia também começou a fazer parte do território integrante da URSS (Ramos, Lima e Neto 2022).



Fonte: Publico.pt

Mapa 4 – Domínio do oeste da Ucrânia pela URSS.

Fonte: <https://www.publico.pt/2022/03/15/historia-ucrania-sete-mapas>

Com a morte de Vladimir Lenine a 21 de janeiro de 1924, a União Soviética enfrentou uma intensa luta pelo poder, da qual Josef Estaline (1879-1953) triunfou, este já era uma figura importante do governo e, entre a morte de Lenin e o momento que o estabeleceu como figura de poder na URSS, enfrentou a oposição de Trotsky, Kamenev e Zinoviev. Mesmo lutando contra a oposição e tendo diversos adversários, Estalin conseguiu expulsar seus três grandes opositores do partido. Sob a sua égide, o Estado fortaleceu-se, passando a exercer um controlo apertado sobre a economia e a sociedade soviéticas. A nível económico, foi adotada uma política de industrialização acelerada e de coletivização agrícola. A nível político, a oposição foi duramente reprimida e perseguida e a União Soviética foi transformada numa ditadura (Ninhos, 2022).

3.2. O Século XX: do genocídio sobre o povo ucraniano à II Grande Guerra

Foi durante este período, conhecido como regime totalitário “Estalinista”, entre os anos de 1932-1933, que ocorreu ao que se designa por “Holodomor”. A palavra ucraniana Holodomor significa "morte por inanição" e se refere ao período da grande fome vivenciada entre os anos de 1932 e 1933 na então República Socialista Soviética da Ucrânia, as raízes da tragédia estão na coletivização da agricultura, na introdução de cotas inalcançáveis de entrega da produção ao Estado e na perseguição aos agricultores, sobretudo os antigos culaques, no regime do ditador comunista Josef Estaline, durante os primeiros anos do comunismo, cerca de 3,5 milhões e 3,9 milhões de pessoas morreram de fome na Ucrânia, que tinha então uma população em torno de 30 milhões. Em toda a União Soviética, o número de mortos pela fome ficou entre 6 milhões e 8 milhões. Na Ucrânia as áreas mais atingidas foram as então regiões de Kiev e Kharkiv, bem como a Moldávia, então uma república autônoma (Ramos, Lima e Neto 2022).

No final de 1933, os distritos de Kiev e Kharkiv tinham perdido, cada um, cerca de um milhão de habitantes. Os maiores produtores de cereais nas planícies ucranianas, Odesa e Dnipropetrovsk, perderam, cada um, cerca de 350 mil pessoas, uma diferença considerável. Menos afetado foi o Donbas industrial, onde 175 mil seres humanos morreram de fome em 1933. As políticas económicas adotadas desde o final de 1929 — coletivização, requisição de cereais e gado, entre outras medidas que fizeram baixar a produção de forma drástica, provocando situações de grave penúria de alimentos (França, 2022).

O Holodomor foi uma opção. Foi um crime de um regime totalitário. Estaline entendeu que a construção do império soviético seria impossível sem o envolvimento, o esforço, o trabalho dos ucranianos, só que os ucranianos não eram grandes entusiastas do império e há muito que lutavam para não perder as suas próprias identidade e cultura. Moscovo não era então, nem é agora, o centro do mundo para os ucranianos; nós não queríamos então, e não queremos agora, ser russificados. Houve várias revoltas nos anos antes do Holodomor contra as medidas económicas soviéticas, e Estaline apercebeu-se de que tinha de controlar a Ucrânia de alguma forma, porque não seria possível manter o seu poder e a própria URSS sem a Ucrânia (Woods, 2022, s/p).

O ano de 1933 foi o ano em que a fome passou a ser uma arma direta de Estaline contra o povo ucraniano, não mais uma consequência da cegueira ideológica. E enquanto a fome atingia os camponeses com mais força do que qualquer outro grupo, outra forma de repressão, de natureza cultural, dava os seus primeiros passos, também na Ucrânia. Do

professor de aldeia ao padre, do pequeno político ao poeta, grande parte do capital intelectual da Ucrânia foi deportada ou presa, Aldeias inteiras foram dizimadas e, em algumas regiões, a taxa de mortalidade chegou a 30%. O campo ucraniano, lar da "terra negra", algumas das terras mais férteis do mundo, foi reduzido a um deserto silencioso (França, 2022).

A Ucrânia e o seu povo, com o início da II Grande Guerra em 1939 e o seu término a 1945, mais uma vez, foi novamente devastada durante o conflito armado. Neste período, alguns nacionalistas ucranianos, sobretudo os do oeste do território, aliaram-se aos nazis alemães acreditando que, com isto poderiam obter a tão desejada independência. Porém, no final da II Grande Guerra, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) saiu vitoriosa deste conflito bélico. Assim, adiava-se novamente o sonho independentista dos nacionalistas ucranianos (Ramos, Lima e Neto 2022).

Durante o período da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o governo de Josef Estaline transferiu muitos cidadãos soviéticos para a Ucrânia com o objetivo de repovoar a região. A maioria dessas pessoas não conhecia o idioma e nem possuía laços culturais com aquela república soviética. Desta forma, esteve em curso um novo processo de russificação em terras ucranianas, mas a Moscou soviética não alcançou o domínio cultural daquele país como pretendido. O idioma russo era dominante na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas na Ucrânia as crianças eram alfabetizadas no idioma nativo o que ajudou a fortalecer os laços culturais que com o tempo fortaleceram o movimento nacionalista ucraniano.

Pouco após a morte de Josef Estaline em 1953, Nikita Khrushchev (1894-1971, secretário-geral soviético), em 1954, atendeu ao pleito da Ucrânia pela anexação da península da Crimeia, cuja população era de maioria russa e o território pertencia à Rússia. Somente com a queda do muro de Berlim e o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991, é que a Ucrânia emerge como um Estado independente, sendo uma das chamadas ex-repúblicas socialistas soviéticas do leste europeu, tendo as suas fronteiras reconhecidas pela Rússia em um tratado de 1997. É importante ressaltar que este momento histórico conturbado coincide com ascensão política do atual presidente da Rússia, Vladimir Putin, com a sua carreira política iniciada em 1994 como vice-prefeito de sua cidade natal (São Petersburgo). Apenas cinco anos depois, em 1999, Putin foi nomeado a primeiro-ministro do então presidente russo Boris Yeltsin. Ocorre que, mesmo com a renúncia de Yeltsin no ano seguinte, 2000, Vladimir Putin consegue

ser eleito presidente da Rússia no primeiro turno com apoio do seu antecessor, tendo forte aclamação popular graças ao desempenho das forças armadas russas na segunda guerra da Chechênia, entre os anos de 1999 e 2009, fortalecendo na população o ideário da grande nação russa (Ramos, Lima e Neto 2022).

3.3. O colapso da URSS e a independência dos países do leste europeu

A União Soviética era uma federação de repúblicas socialistas, proclamada em 1921 após o sucesso da revolução bolchevique e que partilhou com os EUA a liderança mundial após a II Guerra, a sua desagregação foi um processo complexo que ocorreu ao longo da década de 1990. A URSS foi formada em 1922, após a Revolução Russa de 1917, e consistia em 15 repúblicas socialistas soviéticas que se uniram para formar um estado socialista centralizado. A sua estagnação e declínio, ao longo das décadas de 1970 e 80, estão entre as principais razões que levaram ao seu declínio e eventualmente à sua desagregação. No final da década de 1980, a URSS enfrentou uma série de desafios políticos, económicos e sociais, aceitava-se que o sistema político, económico e social soviético necessitava de reformas e de renovação, e que foi a eleição de Mikhail Gorbachov (1931-2022) para a liderança da federação em 1985, que desencadeou o processo nesse sentido. A liderança reformista de Mikhail Gorbachov implementou uma série de políticas de abertura política (*glasnost*) e reformas económicas (*perestroika*), com o objetivo de revitalizar o sistema soviético. No entanto, essas políticas também abriram caminho para uma maior expressão de descontentamento e demandas por autonomia das repúblicas, o seu projeto de reformar política e economicamente o país sem causar rupturas ou o desmembramento da União fracassou. O chamado bloco socialista fragmentou-se e as várias repúblicas soviéticas proclamaram sucessivamente a independência, a partir de 1989. O primeiro-ministro russo, Boris Ieltsin, agiu claramente no sentido de apressar o fim da União e foi, aliás, um dos subscritores do acordo de Belavezha (Pinto, 2017)

De modo a contextualizar, a URSS já vinha apresentar alguns problemas há décadas que, juntamente com as reformas de Gorbachov, levaram à sua decadência e desmoronamento. O crescente descontentamento nas repúblicas soviéticas em relação ao controle centralizado exercido pela URSS. As diferentes regiões do país tinham suas próprias identidades culturais, linguísticas e históricas, e muitas delas procuravam uma maior autonomia e independência para preservar sua própria identidade. A economia soviética enfrentou uma série de desafios, incluindo uma queda na produção industrial,

escassez de bens de consumo, inflação e problemas estruturais. A ineficiência económica e a falta de liberdade económica contribuíram para a insatisfação popular e a busca por mudanças.. Os movimentos nacionalistas ganharam força, com líderes e movimentos políticos defendendo a independência e a soberania das repúblicas. A queda dos regimes comunistas na Europa Oriental, a partir de 1989, inspirou movimentos de oposição dentro da URSS. A perda de influência e o colapso dos regimes aliados na Europa Oriental minaram ainda mais a legitimidade do sistema soviético. O golpe liderado por conservadores do Partido Comunista em agosto de 1991 foi um momento crucial na desagregação da URSS. O fracasso do golpe fortaleceu as forças políticas opositoras, enfraqueceu a liderança central e acelerou o processo de independência das repúblicas. Estes são apenas alguns dos motivos anteriores ao governo de Gorbachov que levaram a decadência da URSS (Pinto, 2017).

O processo de desagregação começou em 1990, quando as repúblicas bálticas (Estônia, Letônia e Lituânia) declararam a sua independência da URSS. Isso foi seguido por outras repúblicas, como Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia, que também procuravam uma maior autonomia e independência. Em agosto de 1991, uma tentativa de golpe por membros conservadores do Partido Comunista Soviético contra Gorbachov levou a um ponto de virada. Boris Yeltsin, presidente da República da Rússia, emergiu como uma figura-chave na resistência ao golpe e fortaleceu a sua posição política. Este evento enfraqueceu ainda mais a posição da liderança central soviética e impulsionou o processo de desagregação. Em dezembro de 1991, os líderes da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia assinaram o Acordo de Belavezha, que declarou o fim da URSS e estabeleceu a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) como um substituto mais fraco e voluntário da União Soviética. A URSS deixou oficialmente de existir em 31 de dezembro de 1991 (Miller, 2016).

Como referido anteriormente, com assinatura do Acordo de Belavezha, precipitou os acontecimentos e acelerou as formalidades de extinção da União. Quatro dias depois, o Soviete da Rússia ratificou o acordo e no Natal de 1991 Mikhail Gorbachov demitiu-se. No dia imediato, o Soviete Supremo da URSS declarou o fim da União. Enquanto este processo decorria, um outro processava-se em simultâneo. As antigas repúblicas soviéticas, com exceção dos países bálticos e da Geórgia, aderiram gradualmente à Comunidade de Estados Independentes. No dia 21 de dezembro, os líderes destes países reuniram-se em Alma-Ata, capital do Cazaquistão, e celebraram formalmente a criação

desta nova entidade política. A CEI foi criada como uma organização voluntária e inicialmente contava com a adesão de nove das 15 repúblicas soviéticas. O objetivo principal da CEI era promover a cooperação entre os estados independentes em áreas como segurança, economia e assuntos culturais. O Acordo de Belavezha marcou um momento importante na desagregação da URSS, pois as três repúblicas mais poderosas e populosas, Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, concordaram em encerrar a existência da União Soviética e estabelecer uma nova entidade regional (Pinto, 2017).

IV. Uma Nova Ordem Mundial

4.1. Declaração da independência de Ucrânia

No ano de 1991, a 24 de Agosto, a Assembleia da República da Ucrânia declarou independência face a Moscovo, pondo fim à designação de União Soviética ou URSS. A Ucrânia votou pela secessão do país da União Soviética, o que seria confirmado em referendo nacional em dezembro, com uma votação esmagadora pela independência, incluindo nas províncias supostamente pró-russas do leste, como Lugansk e Donetsk. O colapso do império soviético logo deu lugar ao império russo, que nas suas essências assentam ambos na escravização ou prisão dos povos. Foi um marco significativo no processo de desintegração da União Soviética. A declaração foi adotada pelo Verkhovna Rada (Conselho Supremo da Ucrânia), o parlamento ucraniano, e proclamou a Ucrânia como um estado soberano e independente. A declaração de independência destacou os princípios de soberania, democracia e respeito pelos direitos humanos como fundamentais para a nova Ucrânia independente. Também enfatizou a vontade do povo ucraniano de construir um estado democrático, livre e independente (Sadokha, 2022).

O descontentamento dos ucranianos em relação a Moscovo deflagra quando se dá a o desastre de Chernobyl (abril de 1986), situação que levou o povo às ruas para manifestar o descontentamento relativamente à forma desastrosa como o governo russo lidou com a situação. Nos anos seguintes, os movimentos nacionalistas ucranianos ganharam força e, à semelhança do que ocorria na altura nas repúblicas do Báltico, as mobilizações eram contra o controlo da então URSS. Surge assim o Rukh, o Movimento de Apoio Popular à Perestroika que se envolve na luta por uma Ucrânia livre (Wilson, 2000).

O caminho da independência começou a ser trilhado no início do ano, com uma manifestação popular a 21 de janeiro de 1990 – uma corrente humana com 300 mil pessoas a unir a capital, Kiev, a Lviv, a oeste, perto da fronteira com a Polónia. Este protesto pacífico a exigir a independência emulava a “cadeia báltica”, uma outra corrente humana com cerca de dois milhões de pessoas que atravessou os três estados bálticos, Estónia, Letónia e Lituânia, no ano anterior, a 23 de agosto de 1989. (Um dia que não foi escolhido ao acaso: assinalava-se meio século da assinatura do infame pacto Molotov-Ribbentrop, entre a Alemanha Nazi e a URSS, que conduziria dias depois à invasão dupla da Polónia e ao início da Segunda Guerra Mundial; os países bálticos foram ocupados

pelos soviéticos em 1940 ao abrigo desse acordo.) Nessa altura, a União Soviética encontrava-se em estado de implosão, com várias das suas repúblicas a avançarem com processos unilaterais de crescente autonomia. Essa fraqueza facilitou a Declaração da Soberania Estatal da Ucrânia, aprovada pelo Conselho Supremo da República Socialista Soviética da Ucrânia a 16 de julho de 1990, com 355 votos a favor e 4 contra. O dia chegou a ser comemorado como feriado um ano depois, no primeiro aniversário da assinatura da declaração (Ribeiro, 2022)

Em março de 1991, Gorbachev convoca um referendo na Ucrânia, cujos resultados inequívocos, favoráveis a uma Ucrânia independente, fortaleceram no seio dos ucranianos o sentimento nacionalista. Os nacionalistas do Rukh convocaram uma votação especial no parlamento, cuja questão central seria a independência da Ucrânia. No parlamento ucraniano a vitória foi unânime a favor de uma Ucrânia independente e, seguido de um escrutínio popular que confirmara a vontade do povo em que o país se tornasse independente. Nesse mesmo dia, é eleito o primeiro Presidente ucraniano Leonid Kravchuk (Satzewich, 2003).

Mas esse documento, apesar de implementar uma série de medidas que, na prática, tornavam a Ucrânia efetivamente independente, ainda não era uma declaração formal de completa independência. A 24 de agosto de 1991, o Soviete Supremo da Ucrânia (o órgão legislativo da República, antecessor da Verkhovna Rada, o parlamento ucraniano) aprovou finalmente, com 321 votos a favor, dois contra e seis abstenções, a Declaração de Independência da Ucrânia. A decisão vem na sequência da tentativa de golpe de Estado da URSS por parte de membros da linha dura do Partido Comunista (Ribeiro, 2022)

O dia 24 de agosto passou, assim, a ser o Dia Nacional da Ucrânia, substituindo o anterior dia identitário da nação ucraniana, 22 de junho de 1918, quando foi proclamada a República Popular da Ucrânia, que existiu durante um curto período, antes de ser engolida pelos bolcheviques russos e integrada, enquanto república, na URSS (Ribeiro, 2022)

A 1 dezembro de 1991, a independência foi confirmada pelo voto popular, num referendo em todo o país que coincidiu com as primeiras eleições presidenciais ucranianas. O apoio da população à independência da Ucrânia venceu com uns categóricos 93%. Mesmo províncias onde a maior parte das pessoas falava russo ou se identificava como etnicamente russa votaram claramente a favor da independência. Em

Lugansk e Donetsk, as alegadas “repúblicas separatistas”, 83% da população votou pela independência. Mesmo na Crimeia, historicamente ligada à Rússia (em 1954, Nikita Khrushchev transferira o controlo da província da Rússia para a Ucrânia), 54% do povo votou pelo sim à independência (Ribeiro, 2022).

Em 1994 foi eleito Presidente Leonid Kuchma cujo mandato foi marcado por reformas na economia e pela ratificação do Tratado de Redução de Armas Estratégicas e do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (a Ucrânia estava em vias de se tornar a terceira potência nuclear do Mundo). Em simultâneo foi assinado o Memorando de Budapeste que garantia à Ucrânia a segurança e integridade territorial em troca do seu total desarmamento nuclear (Encyclopédia, 2016).

4.2. A aproximação da Ucrânia ao Ocidente como Estado soberano

O pós-Guerra Fria, na Europa, configurou-se como uma dualidade. Por um lado, os Estados Unidos saíram do período da bipolaridade como a única superpotência do globo e viveram um momento imperial, o que se refletiu na estratégia de integração das repúblicas da extinta União Soviética à esfera de influência ocidental (Bandeira 2013). Por outro lado, debilitada devido ao esfacelamento da União Soviética, a Rússia viu os países que anteriormente compunham a esfera de influência soviética se aproximarem e adotarem padrões político-económicos do Ocidente. Com efeito, instituições ocidentais, notadamente a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia, avançaram sobre as antigas repúblicas soviéticas. Em 1990, o governo de George H. W. Bush prometera a Mikhail S. Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, que não haveria expansão da OTAN. Entretanto, tal promessa foi quebrada (Gordon 1997). Em 1994, Bill Clinton deu início à política de expansão da OTAN, a qual absorveu doze países da Europa Central e Oriental, entre 1999 e 2009 (United States, 1995).

Ressalta-se que a expansão da OTAN não veio sozinha. Ao mesmo tempo, Washington começava a promover a política de regime change (mudança de regime) nas recém-independentes repúblicas da Europa Central e Oriental, que consistia em promover “revoluções populares” ou golpes de Estado a fim de impulsionar reformas “democráticas” (ou, mais especificamente, políticas de aproximação aos governos e às

empresas do Ocidente), livre-mercado e substituição de regimes que ainda adotavam o modelo soviético (Reisman 2004; Bandeira 2013). Somadas à expansão da OTAN e à promoção das mudanças de regime, houve o alargamento da União Europeia com a incorporação de quinze novos membros, entre 1995 e 2013 (Archick, Morelli, 2014).

Assim sendo, o Ocidente, isto é, Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental chegou às fronteiras russas. Em 2004, a OTAN, maior ameaça à antiga União Soviética na Europa, durante a Guerra Fria, incorporou os três países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia, sendo os dois primeiros possuidores de fronteiras contíguas com a Rússia, a cerca de 600 km de Moscou. A aliança atlântica, portanto, estava se aproximando de Moscou (Mearsheimer 2014). Reforça-se, aqui, que a Rússia, naquela época, não teve força nem condições para evitar que a OTAN continuasse a incorporar algumas das repúblicas da antiga União Soviética (Bandeira 2013, 55). Por isso, o Kremlin ficou impotente em relação ao avanço do Ocidente sobre a antiga esfera de influência soviética, durante as décadas de 1990 e 2000 (Bandeira 2013).

Quando foi publicada a declaração da Reunião de Cúpula da OTAN de Bucareste, em 2008, Washington havia exagerado (Mearsheimer 2014). De acordo com a declaração, a OTAN dava boas-vindas à Ucrânia e à Geórgia, afirmando que os dois países se tornariam, mesmo que sem data prevista, membros efetivos da aliança (NATO 2008). Essa declaração foi reconhecida por Moscou como derradeira, tendo-se em vista que Ucrânia e Geórgia representavam interesse estratégico fundamental à Rússia. Deste modo, seria estrategicamente inaceitável para os russos que os dois países integrassem a OTAN, segundo o cálculo estratégico russo (Mearsheimer 2017; Kochladze 2017).

A resposta de Moscou foi clara. Quatro meses após a reunião de Bucareste, a Rússia protegeu (militarmente) minorias étnicas que se encontravam no território georgiano e que estavam sendo atacadas pelas forças armadas da Geórgia. O conflito durou cinco dias e as tropas georgianas foram derrotadas. O Kremlin reconheceu a independência dos dois enclaves étnicos da Ossétia do Sul e da Abecásia e manteve contingentes militares nos dois territórios para protegê-los de possíveis novas investidas do governo georgiano (King, 2008).

4.3. Anexação da Crimeia pela Rússia

A anexação da Crimeia foi um evento militar de importância internacional protagonizado pela Rússia e pela Ucrânia em março de 2014 cujas consequências ainda hoje ressoam no cenário geopolítico mundial. A Crimeia é uma região estratégica do ponto de vista político-geográfico, estando localizada ao norte do Mar Negro. A península já foi habitada por povos como os cimérios, os romanos, os hunos e os otomanos; no século XVIII, a vitória russa na guerra contra os turcos permitiu a anexação da Crimeia ao Império Russo liderado pela imperatriz Catarina, a Grande. Já durante o século XX, o líder comunista Nikita Khrushchov cedeu a região para a Ucrânia em um gesto simbólico durante a comemoração do 300º aniversário da anexação da Ucrânia ao Império Russo. Com a dissolução da União Soviética em 1991, a Crimeia continuou a pertencer à Ucrânia como uma república autônoma, muito embora a maior parte da população tivesse origens russas, e uma lei de 2012 tenha tornado o russo uma língua oficial. A partir de novembro de 2013, porém, a impopular decisão do presidente Viktor Yanukovich de recusar-se a assinar um tratado comercial com a União Europeia provocou intensos protestos que levaram à destituição e fuga do presidente para a Rússia em fevereiro de 2014. A grave dissensão que se seguiu permitiu que o parlamento de Crimeia aprovasse às pressas a sua independência da Ucrânia e a adesão da região à Rússia, gerando uma crise separatista com a Ucrânia (Pissurno, 2014).

O fim da URSS torna a Rússia uma herdeira natural do território abrangente, da elevada quantidade de recursos naturais, em especial os energéticos, da maior economia, de exército, e arsenal nuclear. Essa herança insere a Rússia no cenário internacional com ampla vantagem sobre as demais repúblicas recém-independentes. Em relação à Ucrânia independente, seus dois primeiros presidentes Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004) eram pró-ocidente, o que chocava com os interesses russos. A Ucrânia já possuía intenção de se tornar membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), sendo o primeiro país da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) a assinar algum tipo de parceria com o bloco. O ingresso na União Europeia (UE) também era um objetivo almejado pela nação ucraniana que, em 2004, incluiu o país na Política de Vizinhança Europeia (Lima, Lima 2021).

O ano de 2004 culminou na Revolução Laranja na Ucrânia. Esse evento trouxe uma nova instabilidade no relacionamento entre a Rússia e a Ucrânia, sendo capaz de

polarizar ainda mais a população ucraniana entre a Rússia e o Ocidente. A preocupação do Ocidente com a influência russa na Ucrânia é demonstrada pelos gastos de George W. Bush, entre 2003 e 2004, de cerca de US\$ 65 milhões para os apoiantes de Viktor Yushchenko, abertamente, pró-Europa (ao menos até meados de seu mandato presidencial) (Poty, 2019). A crise ucraniana pode ser interpretada como um embate entre a Rússia e o Ocidente pela influência naquele país europeu. A Rússia age em defesa de seus interesses e seus nacionais fora do território russo, enquanto o Ocidente tenta impedir o crescimento da influência russa sobre a Ucrânia, por motivos geopolíticos e econômicos. Este é um exemplo da concepção de segurança alargada dos estudos de segurança durante o pós Guerra Fria (Lima, Lima 2021).

Em relação à região da Crimeia, nos anos 90, houve uma tentativa por parte do governo da península de se tornar independente. Em 1992, a Crimeia declara sua independência da Ucrânia, com o apoio russo e a situação permanece confusa até 1997 (Goncharenko, 2014). No ano de 1997, é assinado um acordo conhecido como Tratado de Partilha sobre o Estatuto e Condições da Frota do Mar Negro. Esse acordo delimitava o uso da península, em especial da cidade de Sevastopol, para fins militares russos. Esse foi um momento em que a Rússia garantiu um distanciamento ucraniano da EU (Lima, Lima 2021).

No dia 18 de março de 2014 foi assinado um acordo entre a Federação Russa e a República da Crimeia sobre sua admissão à federação (Kremlin, 2014), e no dia 21 de março, internamente, dentro dos trâmites legais, a Rússia reconhece o status de independência da Crimeia com a Lei Federal Constitucional (Carnesella, 2018). Essa lei possui status de tratado para o Kremlin, podendo inferir, em consonância com a Convenção de Viena de Direito dos Tratados, que os atores envolvidos possuem personalidade jurídica, o que para Rezek (2014), significa dizer que são portadores de soberania estatal (Lima, Lima 2021).

Mesmo com países contrários, a Rússia assina, no dia 18 de março de 2014, juntamente com o governo separatista da Crimeia um documento que incorpora a península à Rússia, não reconhecido pela comunidade internacional (Segrillo, 2015). Dirigindo-se aos deputados da Duma e a outras autoridades, o Presidente da Rússia afirmou que “no coração e na mente das pessoas, a Crimeia sempre foi uma parte inseparável da Rússia” (Putin, 2014, tradução nossa). Por mais que seja questionada a veracidade e a motivação, o referendo foi marcado por uma grande participação da população da Crimeia (83,1%),

sendo que no ano de 2012 as eleições parlamentares registaram apenas 49,46% de participação popular (Сенюшкина, 2015). A Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) discutiu a integridade territorial da Ucrânia e redigiu a Resolução 68/262, afirmando o seu compromisso com a soberania ucraniana e considerando o referendo inválido (United Nations, 2014).

O presidente Vladimir Putin, ex-agente da antiga agência de inteligência soviética KGB, chegou a comparar a situação da Crimeia com a questão do Kosovo, onde o Ocidente prontamente reconheceu sua independência da Sérvia. Entretanto, a Rússia permanece sem reconhecer a independência de Kosovo (Carnesella, 2018). Essa postura do presidente pode minar sua retórica construída sobre os Direitos Humanos e sua manifestação. Essa prerrogativa permanece em aberto, o que concede grande espaço de ação por parte da Rússia (Lima, Lima 2021).

Em forma de protesto à intervenção russa, o G8 suspendeu a participação da Rússia em março de 2014, situação que permanece atualmente, junto à aplicação de sanções econômicas com forte apoio da administração de Obama nos EUA. O principal motivo de reprovação está relacionado ao uso da força por parte da Rússia e pela sua ação dentro do território ucraniano sem reconhecimento internacional prévio (Bijos e Montes, 2015). A justificativa russa causa, ainda, grande desconforto nas antigas repúblicas soviéticas pois, de certo modo, dentro de cada uma delas há uma grande população russófona e há um medo perpétuo de que a Rússia haja para com elas do mesmo modo que agiu para com a Ucrânia (Lima, Lima 2021).

Os Estados Unidos e outros países ocidentais exigem que a Rússia recuasse suas tropas na Crimeia. Os EUA também ameaçaram a Rússia com sanções, suspenderam as transações comerciais com o país e cancelaram um acordo de cooperação militar com Moscou. Outros países do ocidente pressionaram a Rússia por uma saída diplomática. A escalada de tensão também levou a uma rutura entre as grandes potências, com o G7 condenando a ação e cancelando uma reunião com o governo de Moscou. EUA e União Europeia realizaram sanções contra indivíduos russos e ucranianos envolvidos no processo, que tiveram seus bens no exterior congelados e foram impedidos de entrar nos EUA e na UE. A Rússia respondeu com sanções contra integrantes do governo norte-americano. Em meio à crise, a Comissão Europeia divulgou um plano de ajuda de pelo menos € 11 bilhões para a Ucrânia. Os EUA também anunciaram um pacote de assistência

técnica e econômica ao país em uma demonstração de apoio ao novo governo, no valor de US\$ 1 bilhão (G1, 2014).

4.4. A invasão russa do território ucraniano

O presente conflito entre a Rússia e a Ucrânia teve o seu início na madrugada de 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia por meio de ataques terrestres e aéreos, deu início ao que chamou de “operação militar especial”. Com a anexação da Crimeia e o separatismo nas províncias do leste, na região de Donbas, a Ucrânia tem apresentado anseios de aderir à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a aliança militar ocidental. No final de 2021, a Rússia passou a desdobrar tropas na fronteira e invadiu o país em 24 de fevereiro de 2022. Percebe-se, portanto, que quando se trata da Ucrânia, a tensão é maior por envolver, principalmente, questões de defesa e energéticas. Nesse sentido, a invasão da Ucrânia permite algumas considerações sobre o contexto internacional que resultou na decisão russa pelo uso da força (Aparecido, Aguilar 2022).

A invasão russa à Ucrânia tem como um de seus principais panos de fundo os temores da Rússia com o avanço da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) no leste da Europa. Desde o fim da União Soviética (URSS), em 1991, a aliança militar encabeçada por Estados Unidos e Europa incorporou 13 países da região aos seus membros, entre eles as ex-repúblicas soviéticas Estônia, Lituânia e Letônia. A Ucrânia é atualmente um "país-associado" à OTAN, o que significa que pode se unir à organização no futuro (Braun, 2022). Para o governo russo, a inclusão de seus vizinhos na aliança é uma tentativa dos americanos e das potências europeias de cercar seu território, o que configuraria uma ameaça à Rússia. "Para os EUA e seus aliados, é a chamada política de detenção da Rússia, com óbvios dividendos políticos. E para nosso país, é uma questão de vida ou morte, é uma questão do nosso futuro histórico como povo. Não é exagero. É uma ameaça real não só aos nossos interesses, mas à própria existência do nosso Estado e sua soberania" (Putín, 2022).

A verdade é que as implicações históricas e a natureza conflituosa dos povos eslavos são tantas, que se torna quase impossível atribuir a origem do conflito atual entre a Rússia e a Ucrânia a um só fator. Entre os fatos mais relevantes da história da região, há de se destacar que Kiev, a capital da Ucrânia, já chegou a ser a capital da Rússia, na época em que as províncias eslavas estavam agrupadas. Daí vem a razão para o apelo utilizado no

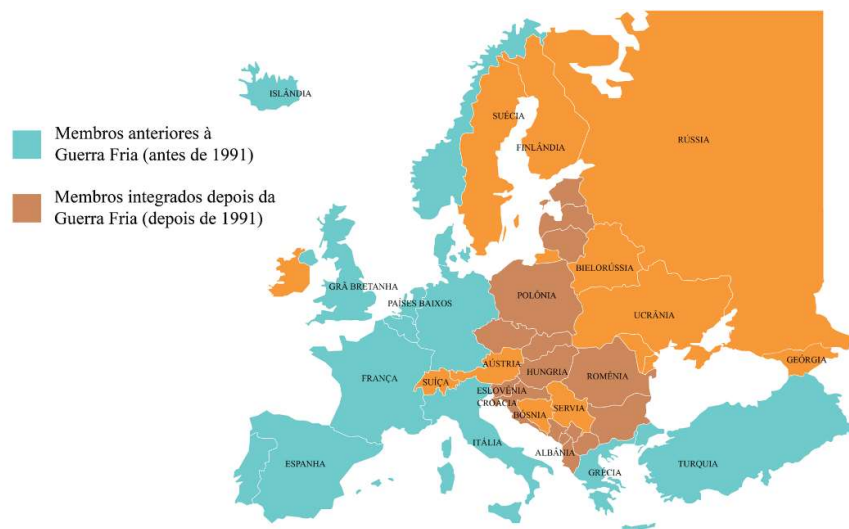
discurso de Putin na justificativa de que a ação tomada pelos russos se tratava de um movimento de integração da região, tal qual como houve no caso da guerra da Crimeia. Sabe-se que o presidente Vladimir Putin deseja reconstruir o grande império russo que há muito se encontra desagregado, o desejo imperialista de Putin começaria pela Ucrânia e acabaria por circundar os países que envolvem o resto do mapa do leste europeu, este desejo de expandir o seu território retrata o mesmo desejo imperialista de Adolf Hitler (1889-1945) quando começou a sua campanha expansionista de modo a conquistar os territórios vizinhos da Alemanha Nazi (Lebelem, 2022).



Mapa 5 - Antigo Império Russo
Fonte: Ministry for Culture and Heritage (2014)

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a OTAN foi criada em 1949 por 12 países, entre eles EUA, Canadá, Reino Unido e França, justamente com o objetivo de conter o avanço da então União Soviética. Os membros da aliança têm o compromisso de se defender mutuamente em caso de ataque armado contra qualquer um deles. A Segunda Guerra Mundial acabara quatro anos antes, e os soviéticos que haviam ajudado a derrotar a Alemanha nazista emergiam, principalmente por questões ideológicas, como o maior adversário da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Ou seja, a aliança militar nasceu

O contínuo expansionismo da OTAN sobre as fronteiras russas, ao incorporar na estrutura da sua organização ao menos 11 países do Leste europeu (a maior parte dos quais estavam na área de influência do bloco soviético nos anos da Guerra Fria), teria produzido, desta forma, fortes temores na liderança russa sobre as reais intenções dos Estados Unidos e da União Europeia sobre as fronteiras russas. Por outro lado, fornecimento de armas e de treinamento militar por parte da OTAN à Ucrânia poderia ter sido visto pelo governo russo como uma ameaça. O mapa da Figura 4 apresenta uma análise do crescimento da organização antes e depois da Guerra Fria (CNN, 2022).



Mapa 7 - Membros Europeus da OTAN.
Fonte: CNN Español (2022)

A própria OTAN, inclusive, já admitia que grupos de combate multinacionais, liderados pelo Reino Unido, Canadá, Alemanha e Estados Unidos, estavam presentes na Estônia, Letônia, Lituânia e Polónia. Nas próprias palavras da OTAN, essas eram “forças robustas e prontas para o combate”, e, segundo o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, a aliança estava preparada para reforçar rapidamente essa presença enviando reforço e recursos adicionais para a área, caso fosse necessário (Tadeu 2022). Essas afirmações da OTAN haviam sido reforçadas antes mesmo do movimento concreto de invasão, quando o presidente americano Joe Biden sustentou que os EUA estariam preparados para enviar tropas para reforçar os aliados da OTAN na Europa Oriental em “curto prazo” (Cook, 2022).

No entanto, antes mesmo do anúncio de Biden, o governo dos Estados Unidos já havia colocado cerca de 8.500 soldados norte-americanos em alerta máximo para um possível deslocamento para a Europa Oriental, enquanto vários países-membros da OTAN, como o Reino Unido, haviam começado a enviar armas e munições para a Ucrânia (incluindo 300 mísseis antitanque Javelin, 800 bombas destruidoras de bunkers e centenas de milhares de munições). O Reino Unido, por sua vez, ainda entregou novas armas antitanque leves para a Ucrânia, e o governo da República Tcheca enviou outros 4.000 projéteis de artilharia (Braun, 2022).

Isso significa que, paradoxalmente, uma vez que houve a incorporação das ex-Repúblicas Soviéticas ao quadro estrutural militar da OTAN, foi a própria organização quem passou a ser percebida como uma figura expansionista, alargando-se em direção à Eurásia. Levando-se em consideração os discursos recentes do líder russo, na leitura de cenário geral feita pela Rússia, a própria OTAN e, por consequência, os Estados Unidos, estariam delegando, numa análise mais estratégica do conflito, esse papel expansionista da organização, e, nesse caso, com baixos custos políticos e diplomáticos para o governo americano, já que estaria agindo por trás da organização para atingir seus próprios interesses (Lebelem, 2022).

4.5. Análise das questões políticas, económicas e das Relações Internacionais

O cruzamento dos primeiros blindados russos pela fronteira da Bielorrússia em direção à Ucrânia formalizou a tomada gradual dos territórios ucranianos pelo Exército Russo e o bombardeio de suas principais cidades, acarretando milhões de refugiados rumo à fronteira com a Polónia. Em resposta, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), em Assembleia Geral, emitiu carta de repúdio às ações russas. Adicionalmente, os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos da América (EUA) implementaram uma série de sanções económicas àquele país (Ministério da Defesa, 2022).

A Ucrânia é um Estado federativo, com 24 províncias, dentre as quais Kiev e Sebastopol destacam-se como regiões metropolitanas autônomas. Kiev possui regime administrativo diferenciado por ser a capital do país e, ainda, a Crimeia destaca-se por ter expressiva população de etnia muçulmana e por 16 ser dotada de regime jurídico-

administrativo diferenciado, o que a dispõe em status de república autônoma dentro da Ucrânia. Essa concessão de regime jurídico administrativo autônomo à Crimeia constitui-se em um dos pontos fulcrais do embate militar, uma vez que as províncias de Donetsk e Luhansk também reivindicam a mesma autonomia, pois são formadoras da macrorregião de Donbas, a qual tem grande parcela da população com ascendência russa e está suscetível à influência deste país. Sebastopol, possui regime jurídico-administrativo híbrido, pois, embora seja formalmente território russo, é administrado pela Ucrânia. Geograficamente localizada no extremo sul do país, tem importância estratégica no Leste Europeu por ser banhada pelo Mar Negro e por sua proximidade com o Mar de Azov, ao norte, e com os estreitos de Bósforo e Dardanelos, ao sul, que dão acesso ao Mar do Mediterrâneo (Capez 2022).

Um aspecto do sistema jurídico, é o sistema de governo semipresidencialista da Ucrânia, a qual tem, desde 2019, Volodimir Zelensky como presidente. O governante possui uma postura pró-ocidente, que vai de encontro aos interesses russos na região, apresentando um plano de governo de maior integração econômica com a União Europeia (UE) e de maior aproximação militar com a OTAN. Destaca-se, também, que 18% da população ucraniana são de etnia russa, fato que se reflete politicamente em sua democracia, a qual é influenciada por dois grandes grupos que se revezam no poder, um ligado aos interesses da Europa e outro voltado aos interesses da Rússia (Capez 2022).

Outro aspecto a ser destacado é o Memorando de Budapeste, de 1994, pelo qual a Ucrânia transferiu todo o seu arsenal nuclear à Rússia em troca da promessa de sua integridade territorial ser respeitada por essa mesma Rússia, além de EUA e Grã Bretanha, de maneira inviolável. Em 2014, este acordo foi violado por ocasião da anexação da Crimeia e, em 2022, pela invasão de seu território por tropas russas. Desses fatos observam-se os riscos assumidos por um Estado relativos à aceitação da criação de vulnerabilidades à sua segurança nacional em troca de um regime jurídico internacional protetivo, principalmente, quando não estejam previstos mecanismos coercitivos eficazes, para a hipótese de ocorrência de violações, destinados à imposição das responsabilidades convencionadas (Memorando [...], 2022).

Entretanto, a Rússia reconheceu, em 21 de fevereiro de 2022, a independência das Repúblicas de Donetsk e Luhansk e celebrou com estas o “Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua”, o qual concede às Forças Armadas Russas o direito de construir, usar bases militares etc. nestes territórios. Entretanto, a quase totalidade dos

Estados Nacionais não reconheceu formalmente a independência de Luhansk e Donetsk, da mesma forma que ainda não reconheceu a anexação da Crimeia à Rússia ocorrida em 2014 (Tortella, Cataccida, 2022).

Todavia, a invasão da Ucrânia pela Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, apesar de o governo russo considerá-la um ato de legítima defesa em apoio a Donetsk e Luhansk, constituiu-se em violação ao Jus ad Bellum, pelo fato de não haver amparo no artigo 51 da Carta das Nações Unidas. A Resolução A/ES-11/L.1, aprovada pela Assembleia Geral da ONU (141 votos a favor, 35 abstenções e 5 votos contrários), condena a agressão contra a Ucrânia, uma evidência de que, entre os Estados membros das Nações Unidas, prevalece o entendimento de que a invasão da Ucrânia pela Rússia foi uma violação ao Direito Internacional. Como represália, a Rússia foi também excluída do Conselho da Europa e suspensa do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (Assembleia Geral [...], 2022).

Relevante se faz a “Operação Especial Militar” da Rússia, pois esse evento se enquadra como conflito armado, nos termos do artigo 2º, comum às Convenções de Genebra (1949). Portanto, aplica-se o regime jurídico do Jus in Bello. Há grandes indícios de que estejam ocorrendo inúmeras violações ao Direito Internacional Humanitário, principalmente, mas não exclusivamente, por parte da Rússia, apesar da existência de narrativas conflitantes (Souza, 2022). Em 02 de março de 2022, 40 Estados Nacionais apresentaram denúncia ao Tribunal Penal Internacional (TPI), cuja procuradoria abriu procedimento investigatório. Esse tribunal possui competência para julgar crimes de genocídio, contra a humanidade e de guerra cometidos no território da Ucrânia, após 21 de novembro de 2013, em razão de duas declarações da Ucrânia encaminhadas a este tribunal em 2014 e 2015 (Rosen, 2022).

A Turquia, em 27 de fevereiro de 2022, reconheceu a intervenção russa como sendo “guerra”, tendo em vista a “Convenção de Montreux relativa ao regime de estreitos”, de 1936. Destaca-se que o trânsito pelos estreitos de Dardanelos e Bósforo submete-se à Convenção de Montreux e não à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Com isso, a Turquia pôde restringir o trânsito de navios militares dos Estados beligerantes (Rússia e Ucrânia), conforme já ocorreu em 27 e 28 de fevereiro de 2022, quando não foi autorizado o trânsito de três navios russos pelo fato destes não serem sediados em bases situadas no Mar Negro (Gumrukcu, 2022)

O desencadear do conflito logo trouxe impactos para a economia global, dada a relevância da Ucrânia e da Rússia no mercado de *commodities*. A Ucrânia é a 4ª exportadora de trigo do mundo. A Rússia é a maior produtora de trigo do mundo. Juntas, são responsáveis por 19% da produção mundial de milho e 80% das exportações mundiais de óleo vegetal de girassol (Mello, 2022).

O conflito também afeta a economia global, por conta do impacto sobre a movimentação de carga decorrente de explosões registradas em portos ucranianos. Destaca-se, particularmente, a relevância do porto de Mariupol no Mar de Azov cuja região é de relevância industrial, e o porto de Odessa, no Mar Negro, que também é estratégico na região, principalmente por questão da exportação russa de trigo. Tal fato é corroborado por Gardner (2022) que traz outros aspectos como a importância de Mariupol para se estabelecer um corredor terrestre entre Crimeia e Donbas e a questão da elevação do moral nas tropas russas com a conquista desse território (Ministério da Defesa, 2022).

Nesse sentido de dependência da economia tramitada pelo mar, cabe observar que o preço do barril do petróleo chegou a ultrapassar US\$ 130,001. Esse foi o maior valor para a commodity desde julho de 2008, ou seja, quase 14 anos (FERRARI, 2022). O impacto sobre o mercado de gás natural (GN) é especialmente preocupante para o continente europeu, dado que a Europa importa 45% do GN da Rússia. Destacadamente, a Alemanha depende da importação de 55% de seu gás da Rússia. Os preços futuros europeus do GN aumentaram 24%, média de US\$ 106,00 por mega watt-hora (Coobando, 2022).

Por mais que o Ocidente queira, por meio de uma estratégia não utilizada anteriormente, pelo menos não na mesma medida em que vem sendo adotada contra a Rússia, todas as sanções económicas, bloqueando seus ativos no exterior e das pessoas mais ricas desse país, mesmo que isso contrarie o direito vigente nos países que adotam essas medidas, não consegue alcançar o objetivo de estrangular a economia russa, uma vez que ela possui o apoio, mesmo que não declarado, de todos os países que adotam sistemas de governança não comprometidos com a democracia liberal. O número de estados não democráticos aumentou se comparados ao democráticos nos últimos anos (Ramos, Lima e Neto 2022).

Com a emergência do conflito, um novo contexto passa a ser construído. Os Estados passam a observar que precisam retornar a determinadas dinâmicas abandonadas

há algum tempo. As cadeias econômicas globais passam a ser revistas de modo mais acelerado. Os países precisam ser mais autossuficientes, não somente na perspectiva da segurança, o que significa estarem bem armados, como também desenvolver um parque industrial próprio e independente, assim como resolver nos seus próprios territórios as condições para alimentar as suas populações, porquanto muito arriscado depender nesse nível de outras potências, notadamente em caso de conflitos deflagrados. Por outro lado, precisam criar sintonias em forma de governança no âmbito dos seus territórios, que deem mais autonomia aos seus líderes, mantendo-se distante das regras complexas dos sistemas democráticos constitucionais (Ramos, Lima e Neto 2022).

A nível internacional, há um incentivo de os países investirem cada vez mais em poder militar ou em constituição de alianças entre os mesmos. É notório o investimento chinês em capacidades militares. O governo sírio tem sido garantido diretamente pela Rússia e o Irã, e indiretamente pela China. O regime de Maduro buscou compensar a postura contrária à Venezuela pelos países ocidentais nas fortes relações com a Rússia, a China e o Irã. O problema é que, quando um país entende ter um poder relativo a opção pela negociação diminui e a opção do uso da força ganha força. Parece ser o caso da Rússia atualmente (Aparecido, Aguilar 2022).

A guerra envolve, também, uma disputa de narrativas. Por um lado, a Rússia utiliza de discursos nacionalistas, históricos e identitários, e a divisão existente no território e na sociedade ucraniana, para preservação de um território estratégico ligado às sombras da antiga URSS. Por outro, a narrativa disseminada pelo Ocidente, principalmente pelos EUA, se baseiam na insistência de uma desobediência aos principais pilares ocidentais da boa conduta. Pode se entender, portanto, as tensões na Ucrânia como parte de uma disputa de longa data entre os grandes atores internacionais do Ocidente e do Oriente procurarem poder e usá-lo em prol de seus interesses; a distribuição de poder em diferentes polos no sistema internacional tem adicionado complexidade e tornado o sistema mais instável (Aparecido, Aguilar 2022).

Conclusão

Com a conclusão deste projeto, pretendo dar a conhecer os motivos profundos e os fatores imprescindíveis do mais recente conflito armado, entre a Rússia e a Ucrânia, que se iniciou a 20 de fevereiro de 2022. Este tema tem uma grande importância pessoal para mim, não só por ser estudante do curso de Ciência Política e Relações Internacionais, que se relaciona diretamente com estes temas, mas também porque, pessoalmente tenho um nobre interesse pela história e pela procura do conhecimento aprofundado das causas dos atuais acontecimentos políticos.

Os temas selecionados para este projeto, exploram as raízes primordiais do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia. Através de uma análise extensiva, é possível compreender que, as primeiras relações entre estes dois Estados aconteceram no século IX. a Ucrânia que hoje em dia conhecemos, no século IX até ao século XIII, era habitada por povos eslavos orientais, organizados em tribos, conhecidos como “Rus de Kiev”, através unificação das várias tribos eslavas sob o comando do príncipe Rurik, formou o principado de Kiev (atualmente representaria o território da Rússia e da Ucrânia). Após a morte deste, o príncipe Vladimir, o grande, que mais tarde foi também considerado Santo e batizado na Crimeia, assumiu o comando do principado até à sua decadência e queda no século XIII devido à invasão mongol.

Desde o surgimento do império czarista até 1917, liderado pela dinastia dos Romanov, liderado pelo Czar Pedro, o Grande, que marcou o seu início, que a Rússia inicia a sua expansão territorial, criando um dos impérios mais vastos de toda a história (desde a Europa Ocidental à Ásia. No século XVII, o império czarista, sob o comando da imperatriz Catarina, a Grande, conquistou parte do território da Ucrânia aos polacos-lituanos, que acabaram por anexar por completo o território da Ucrânia, após partilha com a Polónia, que passou a fazer parte integrante do império. Em 1853 despertou a guerra da Crimeia, esta península fazia parte integrante do império russo, este conflito envolveu, de um lado o Império Russo, e do outro uma coligação do Império Otomano, Grã-Bretanha, França e o Reino da Sardenha.

O império russo saiu derrotado deste conflito, o Tratado de Paris foi assinado em março de 1856.

A Revolução Russa de 1917 encerrou o poderio do czar Nicolau II e da dinastia dos Romanov, este movimento foi liderado principalmente por Vladimir Lenine, instalando na Rússia o primeiro governo socialista da história. Foi uma revolução extremamente sangrenta, devido à grande violência por parte do exército vermelho sobre o povo russo e ucraniano. Ao mesmo tempo que a revolução russa acontecia, houve uma tentativa de revolução ucraniana, em que estes almejavam tornarem-se independentes, mas foram completamente esmagados pelo Exército Vermelho. Com a criação da URSS em 1922, a Ucrânia continua sobre alçada da Rússia, até ao final do século XX, durante este período, os ucranianos foram massacrados pela ditadura de Josef Estaline.

Finalmente, a Ucrânia alcança a tão almejada independência em 1991, com a desagregação da URSS, é um dos períodos mais marcantes do século XX, finalmente se pode afirmar como Estado soberano e desenvolver a sua própria identidade e cultura, que sempre foram os objetivos do povo ucraniano. Em 2014, após a destituição do presidente pró-russo Viktor Yanukovich, as forças russas, apoiadas por separatistas pró-russos, invadiram a edifícios ucranianos e bases militares, sendo a Península da Crimeia considerado território ucraniano. Este é um marco assinalável dos desejos imperialistas de Putin que, desde o início da presidência russa, foi manifestando a intenção de recriar o antigo império russo. Após esta invasão, em fevereiro de 2022, Putin dá continuação ao seu sonho imperialista, mas desta vez invade o território ucraniano, declarando guerra a este país.

Para concluir, apesar de todos os esforços internacionais e toda ajuda prestada à Ucrânia, tanto por os países ocidentais, como por as organizações internacionais, a guerra continua a decorrer, as sanções implementadas pela UE à Rússia não têm sido suficientes para dissuadir Putin de dar continuidade à invasão da Ucrânia. Ainda há uma herança da Guerra Fria e renasce uma polarização de interesses em torno de uma zona estratégica. De um lado existem os EUA e a UE em oposição à Rússia, tentando manter os domínios de influência, definindo assim um carácter multilateral das negociações. Os EUA tentam investir para que o governo ucraniano mantenha a sua influência na área ucraniana ocidental para que o quadro da Crimeia não se repita noutras ex-repúblicas da URSS. Concordando com José Milhazes, a situação da Crimeia representou para o Ocidente uma provocação por parte da Rússia de Putin, significando a elevação da ingerência militar em território de outro Estado a um outro patamar. Porém, tanto a UE como os EUA não

têm interesse em escalar um conflito com Moscovo dadas as ligações que existem atualmente.

Bibliografia

Aparecido, J. M.; Aguilari, S. L. C., A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. In AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz (Ed.). Série Conflitos Internacionais, v. 9, n. 1. Marília: OCI, 2022.

Bijos, L. e Monte, F. A., (2015). Rússia e Ucrânia: *uma análise dos princípios da segurança, estabilidade e previsibilidade internacionais*. Revista Direito em Ação. 14(1), 29.

Campos, F. L. S., Lobo, I. E., & Azevedo, B. M. de. (2018). O ocidente como responsável pelas crises da Ucrânia e da Geórgia. Revista Brasileira De Estudos De Defesa, 5(2). <https://doi.org/10.26792/rbed.v5n2.2018.75035>

Campos, T. S., (sem data). Revolução Russa: o que foi, resumo, fases - História do Mundo [em linha]. História do Mundo. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-russa.htm>

Carvalho, L., (s/d.). Guerra da Crimeia. História da Guerra da Crimeia - PrePara Enem [em linha]. PrePara Enem. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/historia/guerra-crimea.htm>

Como a implosão da URSS está na raiz da guerra na Ucrânia - BBC News Brasil [em linha], (2022). BBC News Brasil. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60597904>

Correia, P. (2022.fev.25). A Ucrânia e o Ocidente. Observador. [Em linha]. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/a-ucrania-e-o-ocidente/>.

Dissolução (A) da URSS e formação da Comunidade de Estados Independentes - RTP Ensina [em linha], (2017). RTP Ensina. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-dissolucao-da-urss-e-formacao-da-comunidade-de-estados-independentes/>

Entenda quais são as origens do separatismo russo na Ucrânia [em linha], (2022). Brasil de Fato. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/14/entenda-quais-sao-as-origens-do-separatismo-russo-na-ucrania>

Estaline, ascensão ao poder e ditadura - RTP Ensina [em linha], (2021). RTP Ensina. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/explicador/estaline-ascensao-ao-poder-e-ditadura/>

Folha de S.Paulo, (2022). Entenda a História da Ucrânia, do Estado de Kiev À independência da União Soviética [em linha]. Folha de S.Paulo. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/entenda-a-historia-da-ucrania-do-estado-de-kiev-a-independencia-da-uniao-sovietica.shtml>

Guerra da Crimeia - História [em linha], (sem data). InfoEscola. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/guerra-da-crimea/>

Guerra da Crimeia - Infopédia [em linha], (sem data). infopedia.pt - Porto Editora. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$guerra-da-crimea](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$guerra-da-crimea)

Guerra da Crimeia (A) - RTP Ensina [em linha], (sem data). RTP Ensina. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/a-guerra-da-crimea/>

Hendler, B. e Novelli, D., (2016). A guerra da Crimeia, o Czar Nicolau I e a sociedade internacional do século XIX: *uma releitura a partir das escolas francesa e inglesa de relações internacionais*.

Higa, C. C., (sem data). Revolução Russa: resumo, causas, consequências - PrePara Enem [em linha]. PrePara Enem. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.preparaenem.com/historia/revolucao-russa.htm>

História – Rússia e Primeira Guerra Mundial [em linha], (sem data). Guia do Estudante. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/historia-russia-e-primeira-guerra-mundial>

Holodomor: 90 anos do maior crime soviético sobre a Ucrânia [em linha], (2022). [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://multimedia.expresso.pt/holodomor/>

Holodomor: a grande fome que matou milhões na Ucrânia durante o comunismo soviético de Stalin - BBC News Brasil [em linha], (2022). BBC News Brasil. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60348621>

Hosking, G. (2012). *Russia and The Russians from Earliest Times To The Present*, London: Penguin.

Howlett, M., (2023). *The Russia-Ukraine war as a battle for a bordered land, not borderland* [em linha]. [Consultado em 11 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629822002281?via%3Dihub>

Milhazes, J., (2022). *A Mais Breve História da Rússia*. Lisboa: Dom Quixote.

Milhazes, J., (2016). *Rússia e Europa Uma parte do todo*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Lebelem, C., Rafael D. V. (2022). “A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional”. CEBRI - Revista Ano 1, Número 3 (Jul-Set): 112-136.

Miller, C. (2016). *The Struggle to Save the Soviet Economy: Mikhail Gorbachev and the Collapse of the USSR*. University of North Carolina Press. JSTOR, http://www.jstor.org/stable/10.5149/9781469630182_miller. Accessed 26 June 2023.

Ministério da Defesa (2022). Estudo de caso do conflito Rússia-Ucrânia. Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. [Em linha]. Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/operacoes-conjuntas-artigos-doutrinarios/arquivos/idoc_conflicto-rus-x-ucr-estudo-emprego-conj_monografia_24ago2022_impresao-final-atualizado.pdf

Moisio, S., (2022). *Geopolitics of explaining Russia's invasion of Ukraine and the challenge of small states* [Em linha]. [Consultado em 11 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S096262982200097X>.

Morrison, C., (2022). *For a marxist analysis of the geopolitical crisis in the post-Soviet space*. *Euronomade* (interview by Ugo Rossi). [Em linha]. Disponível em : <http://www.euronomade.info/?p=14962>.

Nogueira, F. (2013). *A Busca pela Modernização: uma Análise Comparativa entre a Rússia Imperial (1861-1914) e a Rússia Soviética (1921-1939)* - Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional), Rio de Janeiro: UFRJ / IE.

Oliveira, U. (2016). *A Disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela Região da Crimeia*. Lisboa: Academia Militar.

Por que a invasão da Crimeia em 2014 é relevante agora [em linha], (2022). BBC News Brasil. [Em linha]. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60570951>

Portugal, N. G. (2019). *A guerra da Crimeia e o processo de modernização da Rússia imperial*.

Potichnyj, P. (2014). *The Referendum and Presidential Elections in Ukraine*. *Canadian Slavonic Papers / Revue Canadienne Des Slavistes* 33, no. 2 (1991), p. 123–38.

Qual o papel da OTAN no confronto entre Rússia e Ucrânia? [em linha], (2022). BBC News Brasil em São Paulo. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60580704>

Que (O) foi a União Soviética? Como se fez e desfez a URSS, a cujo fim Putin chama “desgraça” [em linha], (2020). CNN Portugal. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://cnnportugal.iol.pt/guerra/russia/o-que-foi-a-uniao-sovietica-como-se-fez-e-desfez-a-urss-cujo-fim-putin-chama-desgraca/20220301/621e18e70cf21a10a42267c1>

Revolução Ucrâniana - História (s/d). InfoEscola. [Em linha]. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/revolucao-ucraniana/>

Roland, G., (2023). *The war in Ukraine and its consequences for the international order and North East Asia* [em linha]. [Consultado em 11 de julho de 2023]. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2667111523000038?via%3Dihub>.

Saraiva, J. F. S. (2017). *História das Relações Internacionais Contemporâneas da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*, 2ª edição, s/l., Editora Saraiva.

Sadokha, P. (2022.agos.21). *O Dia da Independência da Ucrânia* [Em linha]. Observador. [Consultado em 26 de junho de 2023]. Disponível em: <https://observador.pt/opiniao/o-dia-da-independencia-da-ucrania/>

Szporluk, R., (2000). *Russia, Ukraine, and the Breakup of the Soviet Union*. Califórnia: Hoover Institution Press.

Woods, Th. (2022). *A fome na Ucrânia – um dos maiores crimes do estado foi esquecido*. Instituto Mises Brasil. [Em Linha]. [Consultado em 7 de julho de 2022]. Disponível em: <http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1046>